

- 1- ATAS
 - 1.1- 54ª Reunião Ordinária de Debates
 - 1.2- 19ª Reunião Especial Destinada à Realização de Debate Sobre a Reforma do Estado de Minas Gerais
 - 1.3- 84ª Reunião Extraordinária
 - 2- ORDENS DO DIA
 - 2.1- Plenário
 - 2.2- Comissões
 - 3- EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO .
 - 3.1- Plenário
 - 3.2- Comissão
 - 4- TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
 - 5- PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES
 - 6- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
-
-

ATAS

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 18 DE MARÇO DE 1996

Presidência do Deputado Sebastião Navarro Vieira

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Correspondência: Ofício nº 15/96, do Governador do Estado - Ofícios, telegramas e cartões - **Apresentação de Proposições:** Projeto de Resolução nº 699/96 - **2ª Fase:** Abertura de inscrições - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

COMPARECIMENTO

- Comparecem a esta reunião os Deputados:

Sebastião Navarro Vieira - Rêmolo Aloise - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Jairo Ataíde - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Ata

- **A Deputada Maria José Haueisen**, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- **O Deputado João Leite**, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"OFÍCIO Nº 15/96*

Belo Horizonte, 15 de março de 1996.

Senhor Presidente,

Meus cumprimentos. Venho à sua presença comunicar que estarei ausente do Estado no período de 17 a 21 de março deste ano, em viagem oficial à Argentina, cumprindo missão do Governo de Minas Gerais.

Esclareço que, nessa missão oficial, estarei acompanhado do Sr. Vice-Governador,

Dr. Walfrido dos Mares Guia, que se ausentará no período de 18 a 21 deste mês.

Sendo o que se apresenta no momento, sirvo-me da oportunidade para renovar a V. Exa. meus protestos de elevada estima e consideração.

Eduardo Azeredo, Governador do Estado."

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. Geraldo Figueiredo de Souza, Prefeito Municipal de Nova Módica, encaminhando cópia do ofício mediante o qual expõe ao Ministro da Educação a difícil situação do sistema educacional, principalmente dos municípios de pequeno porte, em virtude da omissão do Governo Estadual diante do problema. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Nilton Batista de Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Comercinho, comunicando que o suplente de Vereador Ildeu Marques da Costa tomou posse, em caráter efetivo, naquela Casa Legislativa em substituição ao Vereador Wilson dos Santos Paixão, que renunciou ao cargo por motivos particulares.

Da Sra. Zazá Schettino, Vereadora à Câmara Municipal de Belo Horizonte, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Do Sr. Sérgio Carvalho de Castro, Diretor Superintendente de Bens Imóveis da Secretaria de Administração, informando, em atenção a requerimento da Comissão de Constituição e Justiça (denominação do fórum da Comarca de Divino), que o Tribunal de Justiça já foi consultado a respeito do assunto e que, tão logo se pronuncie, será dada ciência a esta Casa (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 593/95.)

Do Sr. Sérgio Carvalho de Castro, Diretor Superintendente de Bens Imóveis da Secretaria de Administração, informando, a pedido da Comissão de Constituição e Justiça, que a Secretaria de Educação já foi consultada sobre a denominação oficial da Escola Estadual de 1º e 2º graus de Justinópolis e que, tão logo haja pronunciamento daquela Pasta a respeito do assunto, será dada ciência a esta Casa. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 597/95.)

Do Sr. Sérgio Carvalho de Castro, Diretor Superintendente de Bens Imóveis da Secretaria de Administração, informando, com relação a pedido da Comissão de Constituição e Justiça, que a Secretaria de Saúde já foi consultada sobre a denominação do centro de saúde da cidade de Itumirim e que, tão logo haja pronunciamento daquela Pasta a respeito do assunto, será dada ciência a esta Casa. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 615/95.)

Do Sr. Eduardo Silveira de Noronha Filho, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, encaminhando os resultados do Termômetro de Vendas referentes ao mês de janeiro de 1996. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

TELEGRAMAS

Dos Srs. Arlindo Porto, Senador; Newton Cardoso, Romeu Anízio Jorge e Saraiva Felipe, Deputados Federais, e Raimundo Cândido Júnior, Presidente da OAB-MG, agradecendo o convite para a solenidade de entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Prof. Radi Macruz.

Dos Srs. Chico Ferramenta e Antônio do Valle, Deputados Federais, agradecendo o convite para participar do ciclo de debates sobre a reforma do Estado em Minas Gerais.

Do Sr. Zaire Rezende, Deputado Federal, agradecendo o convite para a reunião especial comemorativa do Dia Internacional da Mulher.

Do Sr. Antônio do Valle, Deputado Federal, parabenizando este parlamento pela participação na aprovação da Lei nº 12.040, de 1995. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 568/95.)

CARTÕES

Dos Srs. Sebastião Rosenberg, Presidente do TRE-MG; Sílvio Mitre, Secretário da Habitação; do Cel.-Av. Carlos Alberto de Carvalho Fagundes, Comandante do CIAAR; e da Sra. Maria de Lourdes Córtes Ramanelli, da Superintendência de Bibliotecas Públicas, agradecendo o convite para participar da reunião comemorativa do Dia Internacional da Mulher.

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª fase do Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 699/96

Declara a nulidade do contrato de abertura de crédito celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o Estado de Minas Gerais, em 16 de fevereiro de 1996, na forma prevista no Voto nº 162/95, do Conselho Monetário Nacional.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Fica declarada a nulidade do contrato de abertura de crédito celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o Estado de Minas Gerais, em 16 de fevereiro de 1996, na forma prevista no Voto nº 162/95, do Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de fevereiro de 1996.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 14 de março de 1996.

Durval Ângelo

Justificação: Perplexa, a sociedade tomou conhecimento do contrato assinado entre o Estado de Minas Gerais e a Caixa Econômica Federal, para a obtenção de um empréstimo no valor de R\$190.000.000,00. Com o intuito de conseguir, a todo custo, essa verba, o Governador do Estado entregou, de forma absolutamente injustificável, a autonomia do Estado, comprometendo-se com 44 "metas" que nada têm a ver com o objeto do contrato. Ademais, entregou, como garantia do empréstimo, não só a receita do ICMS como também ações da CEMIG, sem a autorização da Assembléia, indispensável nesses casos.

Entendemos que o grau de comprometimento da autonomia do Estado é inteiramente desproporcional ao benefício obtido. Sobretudo, consideramos inconstitucional o referido contrato, por afrontar diversos dispositivos da Carta Estadual, a saber:

"Art. 62 - Compete privativamente à Assembléia Legislativa:

I -

XXXII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia do Estado em operação de crédito;

.....

Art. 74 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta é exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e entidade.

§ 1º - A fiscalização e o controle de que trata este artigo abrangem:

I - a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de ato gerador de receita ou determinante de despesa e do de que resulte nascimento ou extinção de direito ou obrigação;"

Entendemos que a Assembléia não pode renunciar à competência que lhe é atribuída pela Constituição Estadual, consubstanciada, também, no art. 62, incisos XXXI e XXXIII:

"Art. 62 - Compete privativamente à Assembléia Legislativa:

I -

XXXI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

.....

XXXIII - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;"

Pela disposição já expressa por diversos membros desta Assembléia, consideramos que o projeto de resolução será aprovado pela Casa, como forma de se restaurar a ordem jurídica e a independência dos Poderes.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e o pronunciamento de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo comunicações a serem feitas, Líderes inscritos, nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a especial de amanhã, dia 19, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária deliberativa da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 19ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 13 DE MARÇO DE 1996, DESTINADA À REALIZAÇÃO DE DEBATE SOBRE A REFORMA DO ESTADO EM MINAS GERAIS

Presidência do Deputado Agostinho Patrús

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - Ata - Nomeação de comissão - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras dos Secretários Walfrido dos Mares Guia, João Heraldo Lima e Cláudio Mourão e do Sr. Batista de Almeida - Palavras do Sr. Presidente - Questão de ordem - Designação do coordenador dos debates - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - **ENCERRAMENTO.**

COMPARECIMENTO

- Comparecem a esta reunião os seguintes Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio

Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Cléuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marcos Helênio - Marco Régis - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Às 9h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- **O Deputado Carlos Pimenta**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Nomeação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência nomeia os Deputados Péricles Ferreira, Durval Ângelo e Dílzon Melo para, em comissão, introduzirem no recinto do Plenário as autoridades e os demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida para tomarem assento à Mesa os Exmos. Srs. Walfrido dos Mares Guia, Vice-Governador do Estado e Secretário do Planejamento; João Heraldo Lima, Secretário da Fazenda; Cláudio Mourão, Secretário de Administração e Amílcar Martins, Secretário da Casa Civil; o jornalista Sebastião Maciel, Presidente do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares - CEPO -, e o Deputado Ajalmar Silva, Presidente da Comissão de Administração Pública.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - Esta Presidência registra a presença, em Plenário, das seguintes autoridades, às quais solicito que se considerem como participantes desta Mesa: nossos colegas Deputados Bené Guedes, Mauro Lobo, Tarcísio Henriques e José Militão; o Sr. Paulo Haddad, Assessor Especial do Governo do Estado, e o ex-Deputado Baldoneto Napoleão, Presidente da CDI-MG.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se a reunião à realização do debate sobre o tema "Reforma do Estado em Minas Gerais", que é uma promoção dos Poderes Legislativo e Executivo, com a participação do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares, e que constitui mais uma etapa do Ciclo Nacional de Debates da Assembléia Legislativa.

Palavras do Sr. Presidente

Esta Casa elegeu o diálogo permanente com a sociedade para ser o princípio norteador de todas as suas ações. Em consonância com essa filosofia, estamos convencidos de que as grandes decisões tanto no âmbito nacional como no estadual devem ser acompanhadas de amplo debate, com plena participação de todos os segmentos sociais. Isso se chama prática operante da democracia, a única que nos poderá dar instituições sólidas e desenvolvimento sustentável.

A falência, em todo o mundo, de modelos tradicionais de administração, associada à presente conjuntura nacional, tornam a reforma do Estado uma tarefa necessária, urgente, inevitável. Estamos em um caminho em que é impossível retroceder. Nesse sentido, é preciso sempre ter em mente os objetivos fundamentais da reforma.

É preciso repensar o Estado como um todo, tornar claras suas finalidades, traçar os contornos de seu tamanho, estabelecer para ele condições de viabilidade. Há necessidade de se definirem com clareza as regras e os limites da intervenção estatal nos mais diversos setores da sociedade. Há que se determinarem com precisão as fronteiras entre o público e o privado e a responsabilidade de cada um na manutenção da paz e da coesão sociais. Para empreitada de tal vulto, é indispensável ampliarem-se os horizontes do debate, de forma que esteja aberta a todos os setores a oportunidade de participar. Só assim estaremos seguros de ter examinado todas as alternativas antes de nos decidir por aquelas que impliquem no menor custo social, sejam capazes de conciliar os imperativos da eficácia com os da equidade e da justiça.

Por isso, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em conjunto com o Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares, o CEPO, promove este ciclo de debates. Aqui se encontram envolvidos em franco diálogo representantes da sociedade civil, parlamentares e Secretários de Estado para, com espírito aberto e ânimo sereno, debater a desafiadora questão. É com satisfação que percebemos, por parte de todos os

presentes, disposição sincera de colaborar para uma solução justa e realista. É assim que se pratica a democracia. A atitude construtiva de cada um dos que aqui se encontram é promessa de que este encontro produzirá os melhores resultados e provará, mais uma vez, que Minas dá o exemplo. Com estas palavras, abrimos este ciclo de debates, certos de que, de forma serena, tranqüila e democrática, poderemos debater essa questão, que é da maior importância para o nosso Estado e para o nosso País, neste momento.

Passaremos, agora, às explanações dos nossos convidados; solicitamos que se limitem ao tempo máximo estabelecido, de 30 minutos, para que possamos, posteriormente, abrir o debate. Essa será a fase mais importante do ciclo, será o momento em que ouviremos os parlamentares, os representantes da sociedade civil e reuniremos subsídios para debater, com mais profundidade, a matéria.

Com a palavra, o primeiro expositor, Dr. Walfrido dos Mares Guia, Vice-Governador e Secretário do Planejamento e Coordenação Geral.

Palavras do Secretário Walfrido dos Mares Guia

Exmos. Srs. Presidente, Deputado Agostinho Patrús; Coordenador dos debates, Deputado Ajalmar Silva; Deputados; Secretários; Presidente do CEPO; jornalistas; representantes da sociedade civil organizada; senhoras e senhores: inicialmente, queria reconhecer a excelente iniciativa da Assembléia e do CEPO de organizar este seminário para que pudéssemos, já com algum conhecimento da questão, debater a chamada reforma do Estado. Gostaria de fazer algumas colocações para localizar o porquê dessa reforma. Depois, vamos discutir o que devemos fazer, como e com quais meios.

A experiência daqueles que trabalharam na área pública, sobretudo nos últimos 30 anos, mostra que todo ajuste das contas públicas, nesse período, era feito considerando-se a inflação. Hoje, podemos dizer, com muita tranqüilidade, que o maior beneficiário da inflação era, exatamente, o Estado, que, com a penumbra inflacionária e a indexação dos preços e da receita, conseguia fazer o seu ajuste, manipulando, exatamente, a inflação, não somente no que respeita a congelamento de salário, que, sempre e tradicionalmente, foi o maior item de dispêndio do Estado, mas também no tocante às receitas financeiras.

O Secretário da Fazenda, na sua exposição, vai poder mostrar, por meio de números, como era fácil ajustar as contas públicas em relação à inflação, tanto é que, na seqüência dos anos, aqueles famosos 65% da Constituição na conta de pessoal sempre foram respeitados, exatamente porque, no momento em que a receita crescia indexada, a despesa podia ser controlada e congelada. Isso foi feito, no País inteiro, por todos os organismos da sociedade e teve fim com o Plano Real. A inflação começou a declinar, e, com o término da indexação, uma realidade crua e nua apareceu para todos os governantes do País, sobretudo no segundo semestre do ano passado, e se agravou nos meses de novembro, dezembro e janeiro, quando a imensa maioria dos Estados ou ficou com a folha de pagamento atrasada ou não conseguiu pagar o mês de novembro ou o de dezembro e o 13º salário. Essa situação persiste. Há um desequilíbrio indiscutível nas finanças públicas do País, na União, nos 26 Estados, no Distrito Federal e na maioria das cidades, sobretudo as grandes. Poderíamos gastar essa meia hora que o Presidente nos concedeu citando exemplos de municípios, de Estados e da própria União, os quais estão sofrendo com esse desajuste, mas isso já é noticiado pela imprensa nacional, portanto não é novidade.

Então, temos diante de nós um fato: gastamos mais do que arrecadamos. Não adianta voltar atrás e descobrir os culpados, sobretudo porque esse conceito de o Estado gastar mais do que arrecada não é de 30 anos; existe desde que o Brasil foi descoberto; segundo ele, o papel do Estado é o de provedor; é o Estado que faz tudo para a sociedade, muitas vezes, até, sem perguntar se é aquilo que a sociedade deseja. Então, durante décadas, ou, sobretudo, nos últimos dois séculos, a sociedade brasileira fomos, de certa maneira, tutelados pelo Governo. Ele sempre foi mais importante que a própria Nação. E basta uma pequena mudança nos mecanismos econômicos e financeiros, mais todo o cenário internacional que se desdobra com a falência das economias planejadas e estatizadas, e a globalização da economia, que ninguém pode supor seja uma ilha de tranqüilidade isolada do resto do mundo. Então, estamos aí, recebendo pressões de todos os lados.

Portanto, só existe uma maneira de encontrarmos o caminho: discutindo. Não basta o Governo ser eleito democraticamente; não basta termos a melhor equipe possível, os melhores consultores; temos que discutir, porque a solução não é individual, mas coletiva. Gastamos mais do que arrecadamos. Isso é um fato.

O Secretário vai mostrar, também, que, no ano passado, gastamos R\$1.300.000.000,00 a mais do que arrecadamos e não temos, ainda, os mecanismos de controle para fazer esse ajuste. Alguém dizia: "Mas por que não podemos evitar que se gaste mais, então?" Porque não estão disponíveis os mecanismos de que precisamos - nós, a Nação inteira - para ajustar o gasto público com a receita pública. A Constituição de 1988 foi feita em um cenário absolutamente inflacionário. Nenhum Constituinte, naquele momento, por

mais imaginação que tivesse, pensou que, seis ou sete anos depois, poder-se-ia atingir a estabilidade. O custo desta - sabemos - é alto, mas o benefício é enorme e atingirá toda a sociedade. Então, a nossa Constituição Federal foi feita no primado de um regime inflacionário, indexado e, ainda com um componente de vingança dos anos anteriores, o que criou, até mesmo, dificuldades para que determinados assuntos pudessem ser discutidos sem emoção, pensando-se no longo prazo. Estamos, assim, diante de um fato: o Estado brasileiro gasta mais do que arrecada; deve mais do que poderia dever; portanto, temos que ajustar essa situação, estabelecer prioridades e entender, mais do que nunca, agora, qual é o papel do Estado, ou seja, o que a sociedade espera dele. Se tivermos - digamos assim - a humildade de consultar a sociedade de uma maneira organizada e por repetidas vezes, para podermos saber, até mesmo, com pesquisas estatisticamente representativas em toda a dimensão do Estado de Minas Gerais, no caso, o que a população deseja do Governo como Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, as respostas serão muito objetivas e passarão exatamente, pelo que tem sido dito no mundo inteiro, que são as questões da saúde, da educação, da segurança, de infra-estrutura e de boas leis, para garantir o bem-estar de todos.

O Estado de Minas Gerais, o Governo, cumprindo a Constituição de 1989, que criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CEDES -, deu todos os passos necessários para enviar à Assembléia Legislativa, em setembro do ano passado, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI. Esse Plano começou a ser trabalhado no primeiro dia do Governo: no dia 27 de junho, o Governador presidiu a primeira reunião CEDES, composto por 72 pessoas que representam todo o arco da sociedade. Nessa reunião, foi apresentada à sociedade organizada, conforme a Constituição de 1989 definiu, o esboço do PMDI. Aquele conjunto de pessoas e as entidades representativas tiveram mais 60 dias para trabalhar naquelas idéias. No dia 5 de setembro do ano passado, aprovamos, no plenário do CEDES, com, praticamente, todos os representantes presentes, conforme previsto na Constituição de 1989, a proposta a ser encaminhada a esta Casa como projeto de lei a ser votado; ela foi aqui discutido e votada. O PMDI foi votado, desdobrou-se dele o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPA - que, especificamente, para o ano de 1996, como aquele, ia ser realizado e materializado por meio do orçamento para 1996.

O PMDI contém seis projetos estruturantes, que são a ênfase do Governo, o eixo de transporte e os estratégicos: educação básica de qualidade para todos, ciência e tecnologia, saúde pública, irrigação das regiões deprimidas do Estado e reforma do Estado. A reforma do Estado, um dos seis programas de estruturação do PMDI, que hoje é uma lei, tem três componentes: a reforma administrativa, que é o ajuste da máquina; a desoneração do Estado e um programa de valorização do servidor público. Para que a reforma do Estado? Para que possamos melhorar os serviços que ele presta aos cidadãos, melhorar a forma de arrecadar tributos, adequar a estrutura governamental à sua função de hoje, muito diferente da de 30, 40 ou 50 anos atrás - muito diferente, também, da função de 10 anos atrás -; e para que pudéssemos dar prioridade à área social, como é a demanda da sociedade. Então, dividimos a reforma do Estado em três partes, sob o ponto de vista didático. As metas - fizemos algumas transparências para ajudar um pouco a forma de expor - são: aumento de aporte de recursos próprios do Estado; redução de custos da operação do Estado; agilidade da máquina administrativa e melhoria dos serviços prestados. O grande beneficiário disso é a população como um todo e, sobretudo, a população menos abastada, que depende, fundamentalmente, de quase tudo que o Estado faz. No caso da nossa reforma administrativa, passamos pela reforma fiscal, que contempla o aprimoramento da legislação e a regulamentação tributária.

O Secretário da Fazenda vai dedicar grande parte de sua exposição à questão da receita: a necessidade de aumentá-la, a complexidade dessa tarefa e o que a Secretaria da Fazenda propõe para, de uma maneira eficaz, melhorar a receita. A modernização da legislação tributária, que é uma legislação antiga; do controle da atividade econômica sujeita a tributação; da administração do crédito tributário e das atividades voltadas para os processos judiciais - quer dizer, como podemos agilizar as cobranças daqueles que não pagam os seus impostos e não cumprem a lei -, este é o arcabouço da reforma fiscal, que é uma parte da reforma administrativa. Com relação à redução dos custos, estamos trabalhando no conceito de desoneração do Estado. Desonerar o Estado é tirar das suas costas ou de sua responsabilidade a obrigação de tudo ser feito por ele próprio.

O governo de Minas - este e os governos passados - tem recebido um Estado que tem hotel, fábrica, Banco e uma série de elementos que não são o objetivo final do Estado, que não garantem, pelo fato de existirem, a melhoria da qualidade de vida da população como um todo.

A desoneração do Estado passa por uma série de alternativas sobre a maneira como o Estado pode se financiar para satisfazer necessidades específicas ou gerais da população, sem que pague desnecessariamente com recursos do Tesouro. São as seguintes formas: privatização, concessões, parcerias, alienações, terceirização, reforma

patrimonial, reciclagem da dívida mobiliária, pacto federativo e a própria reforma administrativa.

Como estamos financiando o déficit de R\$1.300.000.000,00 do ano passado? Estamos vendendo algo do que o Estado tem para pagar uma parte e para poder fazer investimentos, que precisam continuar sendo feitos, sobretudo aqueles financiamentos internacionais que já têm seus contratos aprovados, dos quais precisamos da contrapartida, e não temos os recursos.

Assim, estamos usando todas aquelas áreas, e muito proximamente o Governador vai lançar o Plano de Concessão de Transporte, em que oferecerá, em licitações públicas, à iniciativa privada, a possibilidade de as estradas de Minas não somente serem mantidas, mas serem também construídas ou duplicadas com recursos da iniciativa privada, como acontece em todo lugar do mundo, inclusive em vários países da América Latina, como Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Colômbia e México, que estão com esse programa já bastante adiantado. No Brasil, é uma novidade. A Lei de Concessão de Serviço Público foi sancionada no ano passado, tendo sido proposta há dois anos pelo então Senador Fernando Henrique Cardoso, que a sancionou como Presidente da República. Quer dizer, até há um ano, o Governo brasileiro, através do Congresso Nacional, não permitia que uma estrada pudesse ser construída pela iniciativa privada, que recuperaria o investimento através de pedágio. Tinha de ser construída com o dinheiro do Estado. A estrada é pública, mas tinha também de ser estatal.

Concessão é uma alternativa importante; privatização, também. Temos uma série de coisas que não são necessárias para administrar o Estado. Além do mais, é preciso a desmobilização de ativos: de imóveis, terrenos e propriedades que o Estado tem e que necessariamente não estão ligados à prestação de serviço. Tudo isso faz parte do bojo da desoneração do Estado.

Na área da máquina administrativa, é necessário o fortalecimento de um núcleo estratégico do governo, para que possamos ter um grupo de pessoas qualificadas para formular mudanças e discutir com as partes interessadas. Vamos ver quantas são as secretarias, as autarquias, os conselhos, as fundações, as empresas, etc., que são inúmeras, e todas complexas; para que possamos fazer, através desse núcleo, junto com cada órgão, e sempre que necessário, com a aprovação da Assembléia Legislativa, a reforma normativa, a reforma administrativa e a implantação das regiões administrativas, que esta Casa votou, e o projeto já foi sancionado.

Ontem mesmo, numa reunião importante com o Governador, já começaram a ser identificadas as primeiras regiões administrativas que serão implementadas. Isso faz parte da reforma administrativa, que é um componente da reforma do Estado, bem como a descentralização da máquina pública, a descentralização da administração pública em 25 regiões administrativas através de uma lei que esta Casa já votou, além do Sistema Estadual de Estatística e Informação. Não podemos, com uma máquina do tamanho da do Estado, com a complexidade que o Estado tem, com 550.000 pagamentos mensais de funcionários, dos quais 120.000 são aposentados e 380.000 estão na ativa, com o orçamento do tamanho do que temos e com os problemas e diferenças regionais, trabalhar sem termos dados corretos e estatísticas fundamentais, razão pela qual estamos fortalecendo, na Fundação João Pinheiro, o seu papel de propiciar, de coletar e de disseminar informações precisas, com um banco de dados com estatísticas corretas. Fortalecemos também a Escola de Governo, na Fundação João Pinheiro, para ser o núcleo do desenvolvimento e da qualificação do servidor público de uma maneira geral.

A próxima transparência mostra a questão da melhoria dos serviços prestados ao cidadão com um programa de informação e de atendimento.

Disque Serviço Público - Estamos com esse programa completamente pronto para ser lançado. Considerando que a disseminação da telefonia está bem adiantada no Estado, com um número de três dígitos será possível a qualquer cidadão, em qualquer ponto do Estado em que haja um telefone, ter uma informação precisa sobre um direito seu ou sobre uma chance que ele tem de ser atendido pelo Estado.

Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão - Contrato de Gestão: As empresas do Estado, para serem empresas, têm que ter uma justificativa empresarial, têm que dar resultado econômico. Esse resultado pode ser transferido para o Tesouro sob a forma de dividendos ou ser investido na própria empresa, para melhorar a qualidade dos serviços.

As empresas ficam livres. Não basta o Governador nomear o Presidente, os Diretores e o Conselho de Administração. Que metas essas empresas vão cumprir? Que resultados vão obter? A que objetivos e a que prioridades elas vão atender? O que elas irão bancar no Estado, se não tiverem necessidade de prestar conta ao poder central?

Estamos implementando agora o Contrato de Gestões em Minas Gerais, para que cada empresa do Estado e cada órgão da administração indireta, seja fundação ou autarquia, tenha metas específicas para cumprir. Portanto, cada vez mais, precisaremos de pessoas competentes e profissionais à frente desses órgãos, senão aquelas metas não serão cumpridas.

Uma estatal que melhorou demais seu desempenho, depois do contrato de gestão, foi a Vale do Rio Doce, só para dar um exemplo.

Avaliação de Desempenho da Ação Governamental: Temos feito tradicionalmente, até mesmo por causa da inflação, uma exposição das coisas feitas, mas não avaliamos se elas foram bem feitas ou mal feitas e se a população está satisfeita. Posso dar o exemplo da área da educação. Neste século, até 1991, nunca havia sido feita uma avaliação do sistema educacional no Estado de Minas Gerais. Nunca. Não existe sequer um trabalho publicado que registre essa avaliação. Mas, atualmente, ela existe, e, como toda avaliação, pode ser melhorada, está sendo melhorada. Sabemos, seja no nível do Estado, das regiões, do município e de cada escola, se o sistema educacional está tendo bom desempenho.

Um outro ponto fundamental, com relação ao que estamos chamando de valorização do servidor público, é a criação de um mecanismo para que a avaliação seja baseada no desempenho. Pode até ser que alguma instituição faça isso isoladamente, mas como rotina, princípio e norma, nunca foi feita a avaliação do desempenho, ou estímulo ao desempenho, para que o servidor público cresça pelo seu mérito e não apenas pelo seu tempo de serviço. Esse não é um problema de Minas Gerais. É um problema do Brasil.

Todo mecanismo de valorização do servidor público baseia-se em dois itens: primeiro, tempo de serviço, que vai se somando para melhorar o salário; e o segundo é a possibilidade de o servidor estar em cargo em comissão, o que nem sempre depende de seu desempenho, às vezes depende de uma questão política. Fora disso, com raríssimas e honrosas exceções, não temos a valorização do servidor por mérito e desempenho. Ora, implantar isso é um enorme desafio, porque muda completamente uma rotina. Vai ter muita gente contra.

Para duas pessoas que entrarem, no mesmo ano, no serviço público estarem ganhando rigorosamente a mesma coisa 20 anos depois, elas teriam que estar tendo rigorosamente o mesmo desempenho, a mesma competência, a mesma dedicação e o mesmo conhecimento.

Sabemos que isso não existe na humanidade. Não queremos discutir e propor um critério tão específico que identifique cada servidor isoladamente para termos uma coisa que é impossível de funcionar. É importante que tenhamos critérios que sejam discutidos e se transformem numa lei que estabeleça critérios de valorização do servidor público.

É possível medir o desempenho do servidor, o seu mérito, a sua competência e a sua dedicação. Se medirmos isso, se fizermos uma lei bem feita, no caminho da valorização, os salários também melhorarão. Por outro lado, se todos tiverem que ser valorizados igualmente e o critério de medição for o tempo de serviço, exclusivamente, ou o diploma, simplesmente manteremos o erro em que incorremos há muito anos.

O Secretário de Administração poderá falar alguma coisa sobre isso. Considero que talvez esse seja o assunto mais difícil da reforma, pelo tamanho e gigantismo do Estado.

Considerando que estamos divididos em muitos órgãos, à medida que a estrutura for descentralizando-se, será possível encontrarmos mecanismos de aferição.

Ali podemos ver o conjunto dos órgãos e entidades do Estado: 21 Secretarias, 35 órgãos colegiados, 9 órgãos autônomos, 17 autarquias, 17 fundações e 21 empresas. Essa é uma estrutura gigantesca que abriga quase 400 mil pessoas em funções ativas. Quase a metade dessas pessoas estão na Secretaria da Educação, atendendo 3.200.000 alunos, em 6.200 escolas espalhadas pelo Estado.

Uma das nossas metas é diminuir em 20% a despesa com cargos comissionados. Temos 9.600 cargos comissionados na administração direta, dos quais 4.800 são de Diretores de Escola. Temos quase 5.000 cargos comissionados no Estado. Isso é um exagero.

A Assembléia receberá nos próximos dias um conjunto de projetos de reforma de algumas Secretarias, nos quais já estamos diminuindo o número dos cargos comissionados. São cargos que servem à superestrutura da gestão do Estado, ao Secretário, ao Secretário Adjunto, ao gabinete e a assessores.

Naquela primeira lista, estamos mandando, em projeto de lei para a Assembléia, o cancelamento ou a extinção de quase 500 cargos comissionados, aproximadamente 10% do total existente, tirando-se os cargos de diretores de escola, que não são mais indicados diretamente - há um processo de seleção.

Estamos propondo a extinção, e não somente a demissão ou eliminação. Se quisermos fazer um plano de valorização da carreira, devemos diminuir o número dos cargos comissionados.

Posso citar como exemplo a Secretaria de Planejamento, a qual dirijo, que tem 360 funcionários. Estamos extinguindo 59 cargos em comissão: os cargos de Diretor, Diretor II, Assessor I, Assessor II, Supervisor, etc.

Essa é uma tendência mundial, no sentido de achatar os níveis, ter menos escalão intermediário para que a gestão fique mais próxima e eficaz. É bom que as decisões fiquem mais próximas de quem está com a mão na massa, de quem executa a tarefa de servir ao cidadão. Não é necessário tanta hierarquia, sobretudo porque esses cargos

em comissão são de recrutamento amplo.

Vou encerrar dizendo, em breves palavras, que a tarefa de ajuste do Estado, a que chamamos de reforma do Estado, pode ser, didaticamente, dividida em três áreas. A primeira seria a reforma administrativa, que consiste no ajuste do serviço público, ou seja, como fazer o serviço público mais eficaz buscando, ao mesmo tempo, a satisfação do cliente como meta final. O cliente é o cidadão, aquele que paga imposto. Portanto, são todas as pessoas que usam o serviço público. O segundo item é como o Estado irá deixar de gastar o dinheiro que tradicionalmente gastava. É a sua desoneração. O terceiro é o programa de valorização dos servidores, que possibilitará a existência de uma população mais satisfeita ao receber o serviço prestado e, concomitantemente, dará condições para que as pessoas que estão trabalhando sintam mais satisfação no trabalho.

Obviamente, esse não é um programa para apenas um governo. Terá de ter continuidade. Exemplifico: uma empresa como a CEMIG, que é tradicionalmente bem administrada, tem estrutura, recursos e paga salários acima dos praticados no mercado, se for fazer um programa desse, com reciclagem e treinamento dos seus 15.000 empregados, não o fará em menos de três ou quatro anos. Imaginem, então, para se fazer isso em uma máquina do tamanho do Estado. Tem de haver a descentralização, concedendo-se autonomia aos órgãos que a estiverem gerenciando, além de uma lei geral que estabeleça as diretrizes para que se possa aprimorar o processo passo a passo.

É, portanto, um grande desafio para todos nós. Ao mesmo tempo, é necessário diminuir a quantidade de recursos que gastamos, sob o ponto de vista de custos, e aumentar a receita do Estado para que ele possa prover as áreas fundamentais: saúde, educação, segurança, justiça e infra-estrutura. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece a alguns dos nossos convidados, aos representantes de entidades e aos Deputados que chegaram após o início da reunião, que teremos inicialmente a fase de exposição dos Secretários de Estado, com o debate a ser iniciado com a palavra do Presidente do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares - CEPO -, jornalista Sebastião Maciel. Logo após, vamos abrir o debate, oportunidade em que as entidades e os parlamentares poderão fazer uso da palavra, fazendo questionamentos e manifestando seus posicionamentos para que o tema seja debatido com profundidade.

Com a palavra, o Sr. João Heraldo Lima, Secretário de Estado da Fazenda, que também disporá de 30 minutos para sua explanação.

Palavras do Secretário João Heraldo Lima

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, senhoras e senhores, antes de passar à minha exposição, gostaria de pedir permissão para fazê-lo da tribuna, pois daqui não consigo ter boa visão do painel.

Inicialmente, quero agradecer o convite da Assembléia Legislativa para comparecer a esta Casa. É uma honra, um prazer e sobretudo uma obrigação do Executivo discutir, o máximo possível, os problemas do Estado para que, conjuntamente, possamos resolvê-los.

O roteiro da minha apresentação está muito simples, dele constando apenas os números que julgamos essenciais para a compreensão do problema que vamos discutir.

Dividi a apresentação em três partes. A primeira foi denominada o problema fiscal em Minas Gerais, e esclareço que problema fiscal seria o equilíbrio entre receita e despesa global do Estado. Vou mostrar alguns indicadores para bem situar a gravidade do problema fiscal do Estado. Lembro, como disse o Vice-Governador e Secretário do Planejamento que me antecedeu, que esse problema não é apenas de Minas Gerais. Hoje, o problema fiscal é rigorosamente semelhante nos 26 Estados brasileiros, no Distrito Federal e na maioria avassaladora dos municípios, principalmente nos grandes. A razão disso já foi suficientemente explicada pelo Vice-Governador, dispensando-me de repeti-la.

O segundo item da minha apresentação é o comportamento da receita e da despesa. Vou concentrar-me no período de 1994 a 1995 para mostrar, com números, como as transformações do Brasil repercutem tanto na receita quanto na despesa do Estado.

Por fim, no terceiro item, quero expor uma série de medidas que a Secretaria da Fazenda vem adotando, algumas mais, outras menos conhecidas, que estamos chamando de medidas de administração tributária, as quais visam, sobretudo, ao combate à sonegação.

Tomemos os dados do período de 1990 a 1994. Os de 1995 não comparecem no nosso quadro, porque ainda estamos compatibilizando alguns ajustes do balanço do Estado. Mas já temos os números preliminares, que até já foram mencionados pelo Vice-Governador. No período de 1990 a 1994, Minas Gerais apresentou um déficit orçamentário e financeiro da ordem de R\$6.000.000.000,00. Como já foi mencionado, tal déficit foi financiado por vários itens. Em primeiro lugar, vinham os ganhos inflacionários. Era uma forma de se financiar o déficit: o Estado obtinha receita financeira proveniente das altas aplicações nominais de excedentes de caixa ao mesmo tempo em que deprimia o valor real da despesa, pois vários de seus itens não tinham

indexação adequada para acompanhar a inflação. Em seguida, tínhamos as operações de crédito. Depois, as transferências federais, e aqui nos referimos não às transferências federais constitucionais, mas às voluntárias, ou seja, convênios, acordos, obras, enfim, à ajuda do Governo Federal ao Governo de Minas. Havia ainda as vendas de ativos, feitas com alguma intensidade no passado, e, finalmente, o ajuste em cima da despesa, que atingia principalmente o pessoal e os fornecedores.

O segundo quadro que temos aqui mostra o outro lado da mesma moeda do déficit, ou seja, a dívida. Déficit é um conceito de fluxo, e se juntarmos déficit atrás de déficit, ano após ano, isso se transformará numa dívida. Podemos ver que o crescimento da dívida foi muito grande. Em 1990, a dívida total do Estado era de R\$3.600.000.000,00, e fechamos o ano de 1995 com uma dívida total de R\$10.000.000.000,00. Chamo a atenção de todos para o fato de que nenhum Estado brasileiro foge a esse padrão, ou seja, é um fenômeno nacional.

Já tive a oportunidade de debater, inclusive aqui na Assembléia, sobre a composição dessa dívida. O principal componente, mais grave e mais complexo, é a dívida mobiliária. Fizemos um esforço enorme, durante o ano de 1995, para encontrar os termos adequados de renegociação dessa dívida com o Governo Federal. Ainda não conseguimos, pois a questão é extremamente complexa. Quando um Estado concorda com uma coisa, outro Estado não concorda. Quando os Estados concordam, o Governo Federal não concorda. É uma negociação que se vem arrastando por muitos anos, e perdemos mais um ano, o de 1995, sem chegar a um acordo. Não perdemos, porém, as esperanças. Continuamos na tentativa de firmar um acordo sobre a solução para essa dívida, que é muito preocupante.

Com relação às dívidas externa e interna, a situação de Minas Gerais é confortável. As duas dívidas têm um perfil adequado, suficientemente longo, custo também adequado e não apresentam, na nossa avaliação, problema de gerência ou de gestão ou, como se diz no jargão, problemas de carregamento. O Estado pode administrá-las sem dificuldades.

- Apresentação de slide.

Esse quadro mostra algumas relações que sintetizam o agravamento do problema fiscal, sobretudo no biênio 1994/1995, ou seja, aquilo que o Vice-Governador falou, que a realidade da estabilidade imporia um novo padrão fiscal no País, pode ser visto nitidamente naqueles números.

Vamos pegar a primeira relação: receita corrente - despesa corrente. O Estado gasta mais do que arrecada. Esse índice já foi maior que um, no início da década, mas vem piorando. E, se nada for feito, a tendência é haver uma piora contínua e inexorável. Quero lembrar aqui o ano de 1995, pois foi o ano de melhor desempenho da receita de Minas Gerais. Foi o ano em que o Estado mais arrecadou. Desde 1970, a receita não atingiu os patamares de 1995. No entanto, foi o pior ano do ponto de vista econômico-financeiro, porque a despesa cresceu mais depressa que a receita.

A segunda relação mostra isso, embora haja uma melhoria nesse índice da receita tributária sobre a receita total. Ele sobe um pouquinho, de 0,59 para 0,60, o que mostra a recuperação da receita em 1995. Os outros índices refletem esse fenômeno que estamos descrevendo. A capacidade de endividamento do Estado vem sendo minada em função da piora desses índices. Além disso, do ponto de vista da administração econômica do Governo Federal, há um trabalho sistemático, incansável e de muito rigor com o objetivo de fechar todo o acesso dos Estados e dos municípios a fontes de financiamento.

Voltando àquele primeiro quadro, alguém pode perguntar como é que um Estado carrega um déficit dessa magnitude durante tanto tempo. De uma forma ou de outra, havia fontes de financiamento acessíveis que viabilizavam seu carregamento. É preciso compreender que o País está mudando, que o Governo Federal está mudando e que essas fontes de financiamento, a cada dia que passa, são mais escassas e inacessíveis, quer por proibições legais, quer por total incapacidade de Estados e municípios de fazerem frente a requisitos mínimos e necessários para acessar um financiamento. Portanto, a ilusão de que é possível carregar uma situação de desequilíbrio, tal como carregávamos no período inflacionário, precisa ser eliminada. Não podemos conviver com essa ilusão. Não podemos fazer isso sob pena de cometermos gravíssimos equívocos e jogar um Estado como Minas Gerais, com o conceito e com a posição que tem no cenário nacional, numa situação de extrema dificuldade.

Essa estrutura de dívida e esses indicadores mostram que precisamos agir o mais rápido possível. Do ponto de vista econômico e financeiro, isso significa que temos de aumentar a receita e cortar a despesa. Se alguém tiver outra solução para esse problema, gostaríamos de discuti-la. Confessamos, com toda a humildade, que não conhecemos outra solução. Só conhecemos esses dois caminhos para resolvermos o problema de um déficit estrutural, complexo e perigosamente crescente como esse. Temos de fazer as duas coisas ao mesmo tempo: reduzir a despesa, reduzir o tamanho do Estado e aumentar a receita. E é isso que estamos procurando fazer.

Do ponto de vista fiscal, é preciso eliminarmos, de vez, qualquer tipo de ilusão,

qualquer tipo de má compreensão do que está se passando, qualquer interpretação judiciosa sobre esse assunto. A situação fiscal no Brasil piorou extremamente no ano de 1995. O fim da inflação colocou esse problema em evidência. E todos os Estados, sem nenhuma exceção, compartilham essa dificuldade no momento. Portanto, é preciso que haja uma enorme e profunda compreensão desse fenômeno.

Bem, agora vou passar para o item 2 da minha apresentação, ou seja, o comportamento da receita e da despesa. Infelizmente, não tive tempo de preparar um quadro com números maiores, mas gostaria de registrar que a receita de Minas teve um desempenho muito bom no ano de 1995. Na última coluna, infelizmente os senhores não podem ler, mas vou repetir os números, a receita tributária corrente, ou seja, aquela receita que fica disponível no Tesouro do Estado, para ele gastar livremente, pagando pessoal, fazendo obras, etc., foi da ordem de R\$4.494.000.000,00. O gasto com pessoal de toda a administração direta e indireta, também indicado na última coluna, incluindo os inativos, foi da ordem de R\$4.308.000.000,00. Isso representa 95% da receita disponível.

Eu sei que muitos vão falar que o Estado arrecadou mais, que não gastou tanto com pessoal. A origem desse tipo de polêmica ou de desentendimento é simples: basta que as pessoas parem para olhar os números. Esses dados não são suposições, são dados do Balanço do Estado remetido a esta Casa e ao Tribunal de Contas. É preciso ver como são feitas essas contas. Estou me referindo aqui à receita corrente disponível.

De acordo com a Lei Rita Camatta, mede-se a relação receita-folha de outra forma. Na Constituição Federal, o dispositivo limitando o gasto de pessoal a 65% mede esse conceito de outro jeito. O que é importante enfatizar é o seguinte: a Lei Rita Camatta acrescenta à receita corrente as receitas de convênios, como o SUS, o salário-educação. Ora, essa receita sequer permanece no Tesouro do Estado. O Estado não pode gastá-la com o pessoal. Não é correto somar tudo isso a essa receita corrente. O conceito correto para medir a capacidade do Estado de pagar os seus compromissos, de pagar o pessoal, de fazer obras, de manter o custeio da máquina é o da receita. Muito bem, não é preciso dizer mais nada. Uma organização que gasta 95% de sua receita para pagar pessoal está com sérios problemas, porque os 5% que restam têm que ser suficientes para todo o custeio, para o pagamento do serviço, da dívida e de todas as obras.

Pelo critério constitucional, gastamos, no ano de 1995, 78,6% da receita com pessoal. Quero lembrar que em 1994 o Estado gastou 64% da sua receita com o pessoal. Não quero discutir se o critério é ou não correto. Não se trata disso. Ele não é adequado para medir o grau de comprometimento efetivo da receita disponível do Estado com o pessoal.

O quadro seguinte mostra que, pelo critério da Lei Rita Camatta, que vigora desde 1º de janeiro deste ano - e o Estado e as Prefeituras são obrigados a publicar isso mensalmente -, tivemos em janeiro um comprometimento de 68,8%. Somos obrigados por lei a cumprir os 72%. Quero lembrar que o mês de janeiro apenas é insuficiente para se fazer uma extrapolação, porque a receita nesta época é excepcionalmente grande. Neste ano ainda tivemos quase 70% do IPVA, que o Estado cobra e divide com os municípios, concentrados no mês de janeiro. Esse padrão verificado em janeiro não pode ser tomado como referência para o restante do ano.

Como o tempo está curto, vou saltar algumas transparências e passar para o 3º item, chamado de medidas de administração tributária, que é um trabalho voltado para o aumento da receita. Gostaria de mostrar o que estamos fazendo. Este gráfico é interessante, porque mostra a relação entre a receita e o PIB em Minas Gerais.

Como podemos ver neste quadro, tomando como base o ano de 1970, o número índice é 100 (1970=100). Depois disso, é importante mostrar o seguinte: teoricamente, a receita do ICMS, que é o principal tributo que o Estado arrecada, deveria ter uma correlação quase perfeita com a evolução do PIB, pois este reflete o nível de atividade econômica e o faturamento das empresas; portanto, a receita do ICMS deveria acompanhar muito de perto a evolução do PIB. Mas vejamos que não é isso o que ocorre, o que mostra, o que é um sintoma de que algo vai errado no sistema de arrecadação e de fiscalização do Estado. Vejam que, de 1970 para cá, há dois momentos em que a evolução da arrecadação é compatível com a evolução do PIB. Um deles é o período do Plano Cruzado - depois de 1985 -, quando a receita começa a subir, o que continua ocorrendo em 1986 e 1987. O outro momento é em 1990, no Plano Collor. Não tive tempo de prosseguir com esse gráfico, mas, se o fizéssemos, chegando ao período de 1994 e 1995, veríamos que em 1995, mais uma vez, a evolução da receita se aproximou da evolução do PIB. E por quê? Por causa do Plano Real.

O que isso nos mostra é que, quando ocorrem fatores externos ao Estado, tais como planos econômicos, a receita tende a subir. À medida que o tempo vai passando e os efeitos iniciais do plano vão ficando mais distantes, a receita tende a se distanciar da evolução do PIB. Isso indica a sonegação, e esse é o problema que estamos procurando abordar, mas de uma maneira científica e eficaz.

No próximo quadro, há uma tabela que mostra o seguinte: o Estado de Minas tem,

aproximadamente, 300 mil contribuintes de ICMS, dos quais 75.000 recolhem pelo sistema de débito e crédito, e esses são responsáveis por 85% da arrecadação, da receita de Minas. O sistema de débito e crédito é um sistema de arrecadação extremamente complexo, que permite - e é aqui que o Estado falha, e já identificamos que é aqui que devemos agir - que ocorram coisas como essas que os Srs. podem ver no quadro seguinte: apenas 5.500 contribuintes recolhem 12 vezes por ano; 37 mil dos contribuintes mais importantes não recolhem nem 1 vez; e 22.500 recolhem até 6 vezes. A grande dificuldade - e é nisso que estamos trabalhando, mas esse trabalho demora um pouco a aparecer - é o desaparelhamento do Estado para agir incontinentemente em cima dessa questão. Quer dizer, uma empresa, entre essas 300 mil, deixa de recolher em um mês, e o Estado nem fica sabendo! É perfeitamente possível que aquela empresa que deixou de recolher por um, dois ou três meses fique sem recolher por um, dois ou três anos, e ninguém descubra.

Esse problema não é de fácil solução. Temos o diagnóstico completo de como isso ocorre, porque ocorre, e sabemos exatamente o que temos de fazer. Está aqui o meu Superintendente da Receita, que, juntamente com o pessoal da Receita, sabe exatamente o que temos a fazer.

Ocorre que não há mágica. Se fosse fácil combater a sonegação com idéias simplistas e num estalar de dedos, o Brasil não viveria uma crise fiscal. Os Estados não estariam na situação em que estão. Não se trata de incompetência, não se trata de negligência, ocorre que o problema é extremamente complexo. Nós podemos discutir isso aqui, posteriormente. Vou passar, rapidamente, as três últimas transparências, pois só me restam dois minutos.

Com relação ao combate à sonegação, nessas medidas de administração tributária, estamos em processo de autuação maciça de sonegadores. Isso vem ocorrendo de dezembro para cá, e a tendência desse processo é crescer. Foi um sacrifício enorme colocar essas autuações na forma adequada, para serem remetidas ao contribuinte. Estamos fazendo isso em massa.

Estamos reequipando a Secretaria da Fazenda, dando posse a 700 agentes fiscais, a 163 fiscais e vamos fazer mais um concurso. A melhoria dos postos é uma reivindicação unânime, pois os postos de fiscalização do Estado estão realmente abandonados. Todos os projetos de recuperação, todos os editais de concorrência para reequipamento desses postos já estão em andamento. Com a frota de veículos acontece a mesma coisa. Está tudo resolvido, já decidimos o que vamos fazer. Precisamos é do dinheiro para fazer.

Esse item mudança do mecanismo de fiscalização é o coração, o núcleo da mudança e do programa de modernização da Secretaria da Fazenda. Toda a postura do fiscal, como, por exemplo, ele chegar numa empresa, bater na porta, entrar, falar que quer ver os livros, pegá-los e olhar os fatos passados, como ainda é feito - normalmente o fiscal olha o que aconteceu nos últimos cinco anos, consultando os livros das empresas -, precisa ser mudada. Precisamos treinar praticamente mil pessoas para atuarem de maneira diferente. Em vez de ficarem pesquisando o passado, têm de pensar mais no futuro, prevenir o prejuízo, e não ficar correndo atrás dele como ocorre hoje. Esse é um trabalho de muito fôlego, que demoraremos ainda alguns anos para implantar. Mas é isso que começamos efetivamente a fazer. Isso começou a ser feito, isso está sendo feito. O treinamento dos fiscais está em andamento. Toda a concepção da nova fiscalização também está em andamento.

Infelizmente, calculei mal meu tempo. Tenho mais duas transparências aqui, nas quais eu falaria sobre medidas para simplificar a vida do contribuinte e modernizar os regulamentos do ICMS. E, por fim, as medidas na área judicial. Hoje, a dívida ativa do Estado de Minas é uma das maiores, no Brasil. Vocês têm visto o grande esforço que o Estado tem feito, com o auxílio da Procuradoria Fiscal, que vem tomando medidas enérgicas, que estão surtindo os efeitos desejados.

Vou parar por aqui. Agradeço a atenção de todos e peço desculpas por ter extrapolado o tempo que me foi concedido. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Nesse momento, passo a palavra ao Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração, Cláudio Roberto Mourão, que também disporá de 30 minutos para sua exposição.

Esclareço, mais uma vez, que, após as palavras do Secretário de Administração, iniciaremos os debates, dando a palavra ao Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares, representado pelo jornalista Batista de Almeida, que falará em nome do Presidente, jornalista Sebastião Maciel, o qual, por motivos urgentes, teve que se retirar. Durante os debates, faremos uso do microfone, inclusive os Deputados e as entidades, ou da forma escrita, como desejarem os debatedores. Com a palavra, o Secretário Cláudio Mourão.

Palavras do Secretário Cláudio Mourão

Sr. Presidente, Deputado Ajalmar Silva, demais colegas da Mesa, Srs. Deputados, meus colegas Secretários, senhoras e senhores.

Qual a correlação que fazemos entre a situação econômica aqui apresentada e a

administração do Estado? O que ocorre é que a administração assumiu um papel de relevância para a solução dos problemas pelos quais passamos. A administração, na área pública, sempre foi relegada a um segundo plano, como podemos ver em função de tudo o que foi demonstrado aqui. A inflação era a solução de todos os problemas. Nesse momento, o Estado precisa ser moderno, precisa ser eficiente, para se adaptar à nova situação econômica do País.

Para ilustrar a dificuldade que a administração pública vive hoje, no Brasil, gostaria de fazer um paralelo entre ela e os bancos, segmento que também ganhava muito com a inflação. Diria que eles formam o segmento da economia mais eficiente, em termos de administração, de modernidade e de agilidade. É possível que, com um simples cartão magnético, no exterior, qualquer pessoa acione a sua conta em questão de segundos e resolva um problema financeiro rapidamente. Esse exemplo ilustra a distância que existe entre o segmento bancário e a administração pública, que ficou completamente paralisada. O que resulta disso? A necessidade da adequação do Estado à nova realidade.

Gostaria de, no início, mostrar alguns dados, alguns números da situação atual, principalmente da nossa folha de pagamento. A primeira transparência que vou mostrar é sobre a área de atuação da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração. Ela é gestora dos recursos humanos, do patrimônio, dos transportes, dos serviços, dos materiais, da modernização administrativa e da informática. Quer dizer, é uma área que, neste momento, tem um grande papel a desempenhar.

Em mais alguns dados, gostaria de mostrar a evolução da nossa folha de pagamento. Aqui está o total dos gastos, inclusive com 1/3 de férias, com 1/12 de 13º salário e com a parte de contribuição patronal para o IPSEMG. Então, a folha, no mês de dezembro, evoluiu, durante o ano, de R\$327.000.000,00 para R\$390.000.000,00.

No segundo quadro, fazemos uma comparação entre a distribuição de pessoal e a folha de pagamento das administrações direta e indireta do Estado. Vemos que a administração direta tem 468 mil servidores, e a indireta, 31.466. Já a distribuição percentual, é mais ou menos semelhante quanto ao número de servidores e quanto ao valor.

Temos uma outra comparação entre a folha de inativos e a de ativos. O confronto entre essas duas folhas de pagamento, aliás, é o principal problema da administração pública brasileira hoje. Vou mostrar alguns dados, à frente, que vão comprovar isso. O número de ativos é de 386.744, contra 112.910 de inativos. Porém, a relação percentual, aí, já é bastante diferente. Enquanto se compara o número de servidores com a folha, a participação dos inativos cresce de 22,6% para 34,5%. Essa distorção também é acentuada numa comparação entre os diversos Poderes. A participação do Legislativo, quanto ao número de servidores, é de 1,1%; a do Judiciário é de 2,5%; e a do Executivo, 96,5%. Mas, quando comparamos as folhas, esses números sofrem uma alteração de 6% para o Legislativo, de 11,2% para o Judiciário, e de 82,8% para o Executivo.

Gostaria de apresentar, agora, uma distribuição percentual da nossa folha, para mostrar que, não obstante a folha de pagamento ser um item significativo de custo, o que compromete percentualmente muito fortemente a receita é uma área onde o Estado não tem muito como atuar. Por que não tem muito como atuar? Porque os inativos já representam, dessa folha de pagamento, 34,5%. Ou outros Poderes, como o Legislativo e o Judiciário, somados, chegam a 45,9%. Então, quase metade da folha já é comprometida com inativos e com os outros Poderes. Os números do Legislativo e do Judiciário estão diferentes daqueles quadros anteriores, porque os aposentados do Legislativo e do Judiciário estão inseridos no quadro dos inativos ali, na transparência. Prosseguindo no quadro, vemos que a Polícia Civil tem 1,5%, a Polícia Militar tem 8,2%, a área da educação tem 33,7%, a da saúde tem 3,1%, a administração indireta - autarquias e fundações - tem 3,1%, e o restante do pessoal tem 4,4%. É bom lembrar que a totalidade desse pessoal tem estabilidade, portanto não há ação em termos de demissão nesse assunto aqui.

Gostaria de prosseguir no tema dos inativos, fazendo uma extrapolação. Aliás, mostrando, primeiro, a evolução da folha e do número de inativos de julho de 1994 a dezembro de 1995. Vimos que a folha de pagamento passou de R\$48.000.000,00 para R\$119.000.000,00. O número de inativos cresceu de 105 para 113. Aqui, é bom dizer que o servidor público contribui com 8% para custear assistência médica e pensão. Ele não contribui com um centavo para a sua aposentadoria. Ela é totalmente custeada pelo Tesouro Estadual e esse número, está notório ali, cresce a cada ano. Brevemente, chegaremos a uma situação insustentável, como podemos ver no próximo quadro, em que fizemos uma extrapolação e uma previsão do que ocorreria até o ano 2000, se fosse mantida a situação atual, sem considerar um acréscimo na folha de ativos. Significa que, no ano 2000, o comprometimento da folha com os inativos será de praticamente 50%. E, para o ano 2000, faltam apenas quatro anos.

Posto isso, gostaria de dizer que a reforma administrativa do Estado é algo muito mais amplo do que simplesmente demissões. Ela resulta na busca da racionalização, da

informatização, da agilização, da descentralização e dos controles, ou seja, ela busca racionalizar, informatizar, agilizar, descentralizar e controlar. Esse é o objetivo que perseguimos. Alcançando-se isso, o resultado - diria eu - seria a modernização.

A nossa reforma divide-se em três tópicos. O primeiro é a valorização do servidor público. O que é valorização do servidor público? Ela é uma coisa muito ampla, que passa por uma seleção adequada, que nem sempre é o concurso público, mas o Estado ainda não pode adotar uma outra regra a não ser o concurso público, pois ele depende de reforma de lei federal. E por que nem sempre é o concurso público? Porque ele é um critério de seleção que não é adequado para todos os cargos do Estado. Exemplo: ele não é adequado para os cargos onde se exige menor conhecimento, como servente e motorista. Ele não é adequado para selecionar apresentadores do jornal da Rede Minas. Ele é adequado para muitas áreas, como a do magistério e a da fiscalização, mas não é para outras. Então, a reforma passa por uma seleção adequada e passa pela implantação de planos de carreira.

Hoje, temos um modelo único para todas as áreas. É um modelo acadêmico que, da mesma forma que o concurso, é válido para algumas áreas, como a científica e a do magistério, mas não é válido para outros segmentos e para outras áreas do Estado. A reforma passa pela capacitação do servidor e pelo seu desenvolvimento, bem como pela sua profissionalização e por uma adequação dos planos de benefício à realidade atual, também.

Nessa área, o que já fizemos e o que está em andamento? Não obstante todas as dificuldades já demonstradas, fizemos a recomposição salarial do magistério da ordem de 60,4%, quando a inflação no ano foi de 21,4%. Com isso, conseguimos atingir o piso nacional de salário para o professor. Depois desse reajuste, o que aconteceu com o perfil da remuneração do magistério? Temos alguns exemplos. O diretor de escola hoje tem uma remuneração média de R\$2.003,00. A remuneração média do professor, como o regente, é de R\$459,00, e a remuneração média do magistério é de R\$586,00.

Há, também, o financiamento de US\$60.000.000,00 do Banco Mundial para a capacitação dos professores, e esse programa já se encontra em andamento. Estão em andamento cursos na Fundação João Pinheiro, e destacaria o Curso de Graduação de Administrador Público. As pessoas que completarem esse curso - após dezembro de 1997 - estarão aptas pra ocupar cargos de gerência e de comando no Estado. Haverá, também, cursos de pós-graduação que permitirão que servidores possam se reciclar. Temos vários cursos nas áreas de administração pública, assuntos fazendários, da polícia militar, de recursos humanos e finanças, gestão ambiental, administração cultural e análise de sistemas. Todos esses cursos estão em andamento. Haverá a capacitação de servidores para o uso da informática em todas as áreas da administração direta, porque também faz parte da reforma um programa de informatização.

Concursos em andamento: concurso de professor. Não estamos demitindo, estamos admitindo professores. Está em andamento o concurso de Pl e o de Agente de Fiscalização de Tributos Estaduais e Fiscais de Tributos Estaduais.

O segundo item da reforma é o da racionalização dos procedimentos administrativos. Temos alguns exemplos de medidas já implementadas, como a transferência da Superintendência Central do Pagamento de Pessoal da Secretaria da Fazenda para a Secretaria da Administração. Por que isso é uma medida de reforma administrativa? Porque fecha todo o ciclo da gestão de recursos humanos na Secretaria da Administração, que não tinha a gestão da folha de pagamento, o que é um instrumento fundamental para a gestão de pessoal.

Segundo, a implantação da nova escala de pagamento, o que pode parecer algo muito simples, mas que resultou em uma mudança significativa, que beneficiou as pessoas de salários mais baixos. Comparando-se a escala anterior com a atual, vê-se que um número muito maior de servidores passou a receber primeiro, porque a escala era inversamente proporcional ao salário. Os salários mais altos recebiam primeiro.

A implantação de rotinas de segurança na folha de pagamento foi outra medida. Justificaria dizendo o seguinte: de início, muitas pessoas tinham acesso a comandos na folha de pagamento. Temos exemplos do seguinte tipo: um operador da folha poderia comandar, em qualquer ponto de Minas Gerais, desde que tivesse acesso, um valor predeterminado relativo a funcionários, e no mês seguinte tirar esse valor da folha. Medidas desse tipo existiam e, com a implantação de rotinas, deixam de existir.

Início da descentralização da elaboração da folha. A Secretaria da Educação e a da Administração são as primeiras a começar a elaborar as próprias folhas de pagamento. Nosso objetivo é que cada escola possa elaborar sua folha de pagamento. À medida que estivermos fazendo isso, com certeza teremos um controle maior sobre as folhas de pagamento do Estado. Queremos ficar, em Belo Horizonte, com o controle disso, e não com a execução.

Nenhuma secretaria e nenhum órgão da administração direta tem acesso à sua própria folha. Ela sempre foi feita de forma centralizada, de maneira que o Secretário administra sua pasta sem ter acesso a ela.

Na transferência da Superintendência da Central de Pagamento da Secretaria da Fazenda para a Secretaria da Administração, houve também uma redução de 23% no quadro de servidores, e eles retornaram à Secretaria da Fazenda.

Já implantamos um sistema de protocolo informatizado, que se completou no dia 11 de março. Isso significa que todo cidadão e todo servidor público poderá ter notícia do seu processo em qualquer terminal, em qualquer ponto do Estado. Isso era trabalhado de forma manual. Hoje, já está informatizado, implantado em 12 Secretarias e caminhando para ser implantado nas demais.

A agilização nos processos da correção administrativa e a implantação de medidas de controle de frequência e de exigência de pontualidade e de assiduidade resultaram na saída de aproximadamente 4.500 servidores. Uns foram demitidos a bem do serviço público, e outros, por diversas razões, optaram por sua saída do Estado.

Outra medida já implementada foi a redução no custeio em 30%.

Medidas em andamento: Sistema Integrado de Informação de Pessoal. O que significa isso? Para se saber algo sobre os funcionários do Estado, hoje, é uma grande dificuldade. Mal mal temos os seus nomes. Não temos outros dados, endereço, nenhuma informação adicional. Qual é a vantagem disso? Cadastrar todas as informações possíveis sobre os servidores e criar uma grande fonte de valorização do próprio servidor. O sistema nos permitirá saber, por exemplo, qual servidor no Estado entende de um determinado assunto, qual deles fala inglês e assim por diante. Bastará acessarmos o cadastro para termos essa informação.

A implantação do sistema de controle eletrônico de frequência busca modernidade e não um esquema de perseguição ou coisa menor. Busca eficiência, ao parar com a movimentação de milhares de folhas de papel no Estado inteiro. Essa é uma meta que será implantada brevemente.

Redução na Folha de Função Pública Não Estável. Por que isso? Vimos, anteriormente, naquele quadro, que essa é uma das poucas alternativas que o Estado tem para reduzir o seu quadro.

O número de servidores públicos não estáveis em Minas Gerais fica entre 10 mil e 12 mil. Foram admitidos sem concurso e poderiam todos ser demitidos. Entretanto, estamos optando por fazer uma redução de 40% na folha desses servidores.

Vamos fazer também redução na folha de autarquias e de fundações, porque, da mesma maneira que o servidor público não estável, essa é uma das poucas áreas onde se pode ter uma atuação, porque as autarquias e as fundações passaram para o Regime Jurídico Único em 1990, sendo seus servidores até então regidos pela CLT. Não fizeram concurso e são, portanto, demissíveis. Vamos, por isso, reduzir em 20% as folhas das autarquias e das fundações.

Redução dos cargos comissionados é outra possibilidade. O objetivo é reduzir também 20% nessa folha.

E, como já foi demonstrado aqui anteriormente pela Secretária da Educação, estabelecemos critérios para a contratação de servidores e professores designados na educação. Dentro desses critérios, foi estabelecido um parâmetro de que, para cada 23 alunos, devemos ter um professor. Essa relação é até menor do que a preconizada pela UNESCO, que fala em um professor para cada 25 alunos. Essa medida e o estabelecimento desses critérios nos possibilitará a redução na folha de pagamentos.

Outro programa em andamento se refere ao sistema de gestão de materiais. A maioria das empresas não tem almoxarifado; usa o próprio fornecedor, que utiliza o espaço da empresa, paga aluguel e a empresa não tem despesas com o estoque de materiais. O Estado ainda não chegou nem ao tempo do almoxarifado. Não temos um sistema integrado de gestão de materiais. Às vezes alguma secretaria compra mercadorias que outra pode ter em estoque.

O outro projeto é o Rodar, que já está em fase final. Nos próximos dias deveremos soltar o edital de licitação. A administração direta possui 8.250 veículos, que andam pouco e gastam muito com manutenção e combustível por mês. Oitenta e cinco por cento da frota tem mais de quatro anos de uso e ocasiona muita despesa de combustível.

Esse projeto objetiva passar de 1.200 veículos administrativos para 200, em uma administração centralizada, com um sistema de rádio em que esses carros possam ser requisitados. Todos os carros serão alugados, zero km, com 1.000 cilindradas, e isso nos permitirá ter uma economia mensal da ordem de R\$730.000,00. Vamos gastar menos do que gastamos com a manutenção dos 1.200 veículos. Se esse projeto der certo, será implementado em todo o Estado, especialmente nas 25 regiões administrativas.

O último projeto em andamento é o Projeto Pró-cadastro, que visa a controlar o patrimônio do Estado. Há o desconhecimento completo do patrimônio imobiliário do Estado de Minas Gerais. Só temos 8.485 imóveis cadastrados. O modelo de administração de patrimônio ainda é muito burocratizado, muito mais voltado para o processo do que para o resultado.

O objetivo desse projeto é conhecer e controlar os imóveis do Estado, gerar recursos financeiros e possibilitar a realização de ações políticas, através do uso racional dos bens do Estado de Minas Gerais, tendo como beneficiária a população.

O resultado disso é estabelecer um plano de uso para os imóveis, adequando esse patrimônio às necessidades sociais e de desenvolvimento do Estado, planejando o espaço físico necessário às diversas atividades, possibilitando a alocação dos diversos projetos do Governo do Estado e gerando recursos financeiros.

A estruturação do projeto está pronta. Temos o desenvolvimento do sistema informatizado com 70% de avanço; 700 imóveis em processo de regularização e destinação; 95 imóveis em estágio de licitação para a venda; levantamento de áreas remanescentes da Via Expressa; atualização de valores do ativo imobilizado do Estado, previsto para junho de 1996; o ativo imobilizado do Estado tem valores ridículos, completamente, desatualizados.

Gostaria de ressaltar que o Projeto Pró-cadastro foi terceirizado, através de um processo de licitação. A empresa vencedora assumiu esse trabalho em meados de 1995.

Um terceiro item da reforma é a mudança da plataforma tecnológica. Em dezembro de 1994, encontramos na Secretaria de Administração, para gerir todas aquelas áreas da maior relevância e da maior importância que eu citei na primeira transparência, 12 mil computadores XT.

Hoje, temos 147 computadores 486 e 3 Pentium, com ligação integrada entre eles e o pessoal já treinado. Como já disse, houve um programa de capacitação dos servidores de informática, com o pessoal treinado para a operação de todo esse sistema.

Dentro do item "Mudança da Plataforma Tecnológica", acrescento o projeto de descentralização das regiões administrativas. Teremos 25 regiões administrativas no Estado, o que significa uma grande desconcentração de poder e uma solução mais ágil e eficiente no interior.

No que diz respeito à Secretaria da Administração, gostaria de ilustrar o seu objetivo quanto à descentralização. A Secretaria da Administração é, hoje, a mais centralizada de todas as demais. As outras, ainda que estejam de forma descoordenada em uma administração central, já são descentralizadas, como é o caso das Secretarias da Saúde e da Segurança Pública. A Secretaria de Administração é centralizada, sacrificando, assim, a vida do servidor público, que, por qualquer motivo, tem de vir a Belo Horizonte. É nosso objetivo que a Superintendência de Saúde, responsável pelos exames admissionais e pelos exames para verificar a capacidade laborativa, esteja descentralizada pelo menos nas 25 regiões administrativas. Isso fará com que o servidor não tenha de vir a Belo Horizonte prestar exame médico. Queremos ainda descentralizar a folha de pagamento - o que já está em andamento - e fazer com que os processos de direito dos servidores, as compras e até mesmo os concursos sejam feitos na própria região. Enfim, queremos que todas as atividades das diversas superintendências da Secretaria sejam realizadas no interior e, de início, nas 25 regiões administrativas. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o jornalista Sebastião Maciel, Presidente do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares, que atuará como debatedor e disporá de 10 minutos para sua intervenção. Por motivo inteiramente justificado a esta Presidência e de caráter de urgência, o Presidente do CEPO teve de se retirar e solicitou ao jornalista Batista de Almeida que o representasse.

Palavras do Sr. Batista de Almeida

Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Deputados, demais autoridades, senhoras e senhores, em nome do jornalista Sebastião Maciel, meu colega do CEPO, e dos demais jornalistas, elogiamos a iniciativa da realização deste debate, que está no seu foro adequado: a Assembléia Legislativa, esta Casa de debates. Na qualidade de jornalistas, estamos ansiosos pelo debate, porque, mais do que ninguém, gostamos de fazer perguntas.

Farei apenas algumas pequenas considerações. O Governo de Minas tem o mérito de estar, pelo menos, encarando com coragem a necessidade de fazer a reforma do Estado. Hoje, não há como se fazer uma administração pública sem enfrentar esse problema, porém, entre a prática e a teoria há certa distância e alguns paradoxos. Gostaria de abordar alguns deles.

Estão sendo feitas as primeiras ações administrativas, mas precisamos também de algumas ações políticas. Exemplifico lembrando que já tivemos algumas demissões no Estado, mas, por meio de liminares, a Justiça está reintegrando os servidores demitidos. Isso porque é necessário termos, antes, uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso. Entendemos que talvez fosse mais eficiente, agora, uma ação política no Congresso, mudando a legislação, para que essas medidas pudessem seguir um caminho normal, sem esbarrar em decisões judiciais.

Por outro lado, parece-me haver outros paradoxos na reforma do Estado. O Secretário do Planejamento, o Vice-Governador Mares Guia, citou que seria necessária uma pesquisa para saber o que a sociedade pensa, hoje, e do que ela precisa. Entendo que isso está muito claro, conforme se vê em algumas pesquisas de opinião: a sociedade brasileira precisa de emprego. Esse é o assunto que mais a preocupa na atualidade. Nesse contexto, é um paradoxo vermos, junto com a reforma do Estado, o que foi anunciado ontem. Ao mesmo tempo em que o País discute a necessidade de privatização,

de desoneração do Estado, de diminuição da gigantesca máquina pública, o Governo do Paraná entra como sócio de uma montadora. Mas, de qualquer forma, os empregos serão para os paranaenses. Trata-se de questões paradoxais que estão envolvendo a reforma administrativa, não só em Minas, como em todo o País, e que merecem a reflexão de todos nós. Acho que devemos iniciar os debates.

Palavras do Sr. Presidente

Agradecendo o poder de síntese do jornalista Batista de Almeida, que realmente iniciou os debates já levantando algumas questões, gostaria de passar a palavra, neste momento, ao Deputado Ajalmar Silva, Presidente da Comissão de Administração Pública, que vai coordenar os debates com o Plenário. À medida em que forem dadas respostas às perguntas formuladas pelos Deputados e pelas entidades, solicito aos expositores que respondam aos questionamentos e paradoxos levantados pelo jornalista Batista de Almeida.

Antes, porém, gostaria de comunicar que esta Presidência concederá aos debatedores o mesmo tempo dado aos expositores. Portanto, como tivemos 1 hora e 30 minutos de exposições - com 30 minutos para cada um dos expositores, alguns dos quais não usaram todo o seu tempo, como o próprio jornalista, o Secretário do Planejamento e o Secretário da Administração -, procuraremos encerrar nossos trabalhos dentro de 1 hora e 30 minutos. Solicito a colaboração geral, para que todos possam se manifestar e fazer suas perguntas. Com a palavra, o Deputado Ajalmar Silva.

Questão de Ordem

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, solicito que explicithe melhor as regras. Gostaria de saber se vamos seguir o art. 151 do Regimento Interno, que trata exatamente das audiências públicas, pois não temos uma norma explícita relativa aos ciclos de debates; se, como no caso das audiências públicas, também teremos direito à réplica, o que nos é assegurado no art. 153, § 3º, - caso contrário, não será um debate - e, ainda, se a alternância será respeitada, conforme o art. 165, inciso V, do nosso Regimento. Qual será a regra utilizada para este debate?

O Sr. Presidente - Pois não, Deputado Gilmar Machado. A Presidência vai seguir a regra dos ciclos de debates já realizados nesta Casa, que foram inúmeros. Assim, será concedida a palavra ao debatedor por 3 minutos, oralmente ou por escrito, e ele poderá reinscrever-se. Se ficarmos em réplicas e tréplicas, dois ou três debatedores consumirão todo o tempo. O que queremos é, de maneira democrática, possibilitar que o maior número possível de debatedores participem. Cada um terá 3 minutos e poderá reinscrever-se, caso não fique satisfeito com a resposta do expositor. Isso, naturalmente, após as inscrições já realizadas, porque não podemos dar 3 minutos ao debatedor, mais 3 para o expositor, mais 3 para a réplica e mais 3 para a tréplica, pois, assim, iríamos ouvir muito pouca gente, o que não é o intuito neste ciclo de debates, e não é a forma como esses ciclos vêm sendo conduzidos.

O Deputado Gilmar Machado - Mas será assegurada, posteriormente, a continuidade dos debates? Com 3 minutos, não terei a menor condição de fazer um debate. A Assembléia vai assegurar, nas comissões técnicas, a continuação desse debate, para que possamos aprofundá-lo?

O Sr. Presidente - Sem dúvida nenhuma, Deputado Gilmar Machado, uma vez que a Assembléia quer aprofundar o assunto. Temos projetos a serem votados, e nenhum deles será votado sem uma profunda discussão com todas as entidades, com todos os Secretários de Estado e com todas as autoridades. Isso, naturalmente, será assegurado. Este debate não substitui a faculdade da Assembléia Legislativa de discutir, emendar e aprovar ou rejeitar projetos que cheguem a esta Casa.

Designação do Coordenador dos Debates

O Sr. Presidente - Esta Presidência designa coordenador dos debates o Deputado Ajalmar Silva, Presidente da Comissão de Administração Pública desta Casa. Com a palavra, o Sr. Coordenador.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Coordenador (Deputado Ajalmar Silva) - Nesta parte da reunião, os Deputados e um representante por entidade poderão formular questões aos expositores e ao debatedor.

As questões poderão ser encaminhadas à Mesa, por escrito ou oralmente, solicitando-se, contudo, que as inscrições sejam feitas previamente. Para que possamos agilizar os debates, solicitamos aos inscritos que fizerem uso do microfone que sejam objetivos e sucintos, dispensando a formalidade das saudações pessoais. Cada um dos inscritos disporá de 3 minutos, devendo limitar-se a uma questão por intervenção.

Debates

O Coordenador - Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

Inicialmente, queremos discordar do nome dado a este simpósio, quando o chamam de debate, porque entendemos que o contraditório não pôde se expressar, tendo tido também meia hora para assim o fazer. Entendemos, então, que estamos tendo um processo de discussão deficiente.

O nosso segundo questionamento é a respeito da ausência, nas galerias superiores, dos servidores públicos, que agora se encontram do lado de fora. Em todos os

seminários e simpósios, havia livre acesso às galerias, mas, neste, o tratamento foi diferenciado. Queremos discordar do tratamento dado a este debate. Achamos que o mais correto seria um procedimento igual ao dos anteriores. O servidor público é o mais interessado em discutir essa questão da reforma no Estado.

Outro aspecto que queríamos questionar é o seguinte: este Governo não começou há um ano e três meses. Ele já existe desde 1983. Se quisermos, com alguns sobressaltos, um rigor maior, vamos ver que os aliados do Governo remontam à década de 1960. Então, estamos tendo aqui um quadro que só a questão do Plano Real não explica. É um quadro caótico. Inclusive, o próprio Governo não fazia tal discurso até o mês de outubro passado. Pergunto, então, se essas pessoas que já tiveram, de certa forma, o poder de decisão, há mais de uma década, não deveriam ter, no mínimo, uma autocrítica deste Governo, com seus membros, para começar a discutir a questão da reforma.

E ainda gostaríamos de dizer o seguinte: a reforma está sendo feita sem alguns cuidados jurídicos mínimos. Inclusive, nesta Casa, há várias medidas do PT questionando algumas delas. Acho que, nesse sentido, deveria haver um mínimo de respeito ao próprio Poder Legislativo.

A última questão refere-se ao contrato divulgado ontem pela imprensa. O art. 62 da Constituição Estadual de Minas Gerais estabelece as competências privativas da Assembléia Legislativa. Nos incisos 32 e 33, isso é bem claro. Dentre as competências privativas, temos: "dispor sobre limites e condições para concessão de garantia do Estado em operações de crédito". O Estado assinou um contrato, estabelecendo garantia, em operação de crédito, sem a aprovação da Assembléia. E, para concluir, no inciso 33: "zelar pela preservação de sua competência legislativa, em face da atribuição normativa dos outros Poderes".

Então, no que diz respeito aos aspectos da reforma, entendemos que está havendo uma ingerência. O próprio Governo reconheceu isso no decreto da exoneração e voltou atrás. Ficamos satisfeitos, porque a justificativa do PT numa resolução que encaminhamos para esta Casa estava "ipsis litteris".

O Sr. Coordenador - Peço ao Deputado Durval Ângelo que conclua o seu pronunciamento.

O Deputado Durval Ângelo - Então, para concluir, gostaria de dizer que o contrato de ontem foi prejudicial para Minas Gerais. São Paulo, por R\$8.000.000.000,00, não precisou fazer tanto. Minas, por muito pouco, ou seja, por R\$190.000.000,00, praticamente vendeu o Estado.

O Sr. Coordenador - Peço àqueles que irão fazer perguntas que falem o nome da pessoa a quem as estão dirigindo.

O Secretário Walfrido dos Mares Guia - Deputado Durval Ângelo, nós e todos os governantes responsáveis deste País estamos fazendo uma espécie de auto-análise das questões.

A mudança que houve no segundo semestre do ano passado foi de uma grande crueldade e permitiu uma nitidez em relação à receita, pois todos esperavam que ela aumentasse, e isso não aconteceu. A receita de 1995 e dos dois primeiros meses deste ano é a mesma de novembro de 1994. Todo administrador público do Brasil, por mais pé no chão que seja, esperava que houvesse um aumento na receita. E muita gente que não estava no Governo há três anos e que tomou medidas compatíveis com aquele momento, hoje está tendo que voltar atrás. Não é para contrapor, mas, como exemplo de ilustração, vou citar o nosso amigo e Prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias, que, tomou posse num ambiente inflacionário e fez uma legislação de vinculação de salários com a inflação absolutamente pertinente ao momento em que tomou posse. E, hoje, fazendo uma autocrítica, ele reconhece, de público, que não tem condições de pagar o gatilho porque a receita não está mais indexada.

Nós também tínhamos uma legislação que era indexada, feita no meio do Governo passado. Quando da criação do Plano Real, em meados de 1994, enviamos à Assembléia Legislativa um projeto de lei suspendendo a vinculação salarial. Qualquer governante que estava no poder em 1992 e 1993 fez vinculação de salário à indexação. Hoje, ninguém pode cumprir isso, porque a receita é como se fosse uma tábua, ela não cresce. No regime não inflacionado e não indexado, ela cresce com a economia. Aumenta a economia, aumenta a receita. Não aumentando a economia, obviamente, a receita não irá aumentar.

O Secretário da Fazenda nos mostrou com nitidez - é a primeira vez que vejo isso - o tamanho da evasão fiscal. É o crescimento da economia "versus" crescimento da receita. Se a receita cresceu menos do que a economia, é porque tem alguém sonogando. Agora, a receita crescer mais do que a economia não tem jeito. Então, a nossa obrigação é colocar o problema do tamanho que ele é e procurar soluções. E é isso que estamos fazendo. Não estamos aqui para trazermos receita. Admitimos que há um problema e que ele não é do Governo de Minas, mas de todo o Brasil, de todos os Estados. E o nosso maior parceiro, na troca de experiências, é o Governador Vítor Boais, casualmente do PT. Ele era Prefeito de Vitória na época em que o Dr. Eduardo Azeredo era o Prefeito de Belo Horizonte. Os dois fizeram amizade e, constantemente,

trocam informações, bem como os seus secretários. Assim ocorre com os Governadores Antônio Brito, do Rio Grande do Sul; Jaime Lerner, do Paraná, e Cristóvão Buarque, de Brasília.

O Secretário João Heraldo Lima - Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre o contrato que foi mencionado aqui.

O Sr. Coordenador - Perfeitamente.

O Sr. Presidente - Vamos estabelecer um tempo para cada resposta, pois temos muitos inscritos. Solicito, então, ao Secretário da Fazenda que responda à pergunta dentro do prazo de 1 minuto. Se não, que o faça em outra ocasião.

O Secretário João Heraldo Lima - Vou falar em 1 minuto, Sr. Presidente.

Esse contrato foi feito de forma absolutamente legal. As afirmações do Deputado Durval Ângelo não procedem. Foi um empréstimo concedido pelo Governo Federal, ao abrigo de uma lei aprovada pela Assembléia, no ano passado. Esse contrato é provisório e será renovado depois que obtivermos a aprovação específica de uma lei para o programa de ajuste do Estado. Assim exige o Governo Federal. O contrato foi examinado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional antes de ser assinado. Apresentamos a lei de endividamento do Estado de Minas Gerais, aprovada no ano passado, e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional deu parecer favorável, constatando a perfeita correção do contrato.

Está sendo provocada uma celeuma absolutamente desnecessária com relação ao contrato. Tudo que está no contrato será esclarecido aqui. Esse financiamento foi obtido para pagar o 13º salário do funcionalismo, que estava atrasado, e não há nenhuma incorreção do ponto de vista jurídico. Do contrário, o Governo Federal não o teria feito. Foi um empréstimo feito de governo a governo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Carlos Campos, representante da CUT.

O Sr. Carlos Campos - Bom dia a todos. Concordo com o Durval quando diz que não está havendo um debate. Penso que o nome dado ao ciclo também está errado. O que o Governo veio aqui explicar já está sendo feito e não houve nenhuma discussão. A sociedade mineira está esperando algumas respostas do Governo, por exemplo, para a questão da saúde, a construção do Cardiominas, que já faz dez anos, o Pronto Socorro de Venda Nova e a demissão de 32 mil pessoas. A sociedade quer resposta para as questões da saúde, da educação, da segurança, enfim, de todas as áreas. As respostas dadas aqui pelo Cláudio Mourão e pelo Walfrido eu já tenho. Os casos comissionados pela Secretaria do Planejamento foram provocados pelo seu antecessor, Paulo Paiva. Todo mundo sabe disso. O Cláudio Mourão disse que a melhor forma de contratação não é o concurso público. É claro que é da sua preferência contratar pessoas com as quais tem relações pessoais e íntimas. Penso que o Governo deveria responder, por exemplo, por que, enquanto atrasava o 13º salário, pagava pró-labore para o pessoal da saúde, redestinava a hospitais, de forma privilegiada, verbas do SUS e pagava diária para Secretário Adjunto fazer campanha em sua terra. Assim como o João Heraldo, o Governo tem que falar sobre o contrato do ponto de vista moral, e não legal. O Estado tomou empréstimo em seu nome e penhorou a casa do vizinho. Penhorou direitos conquistados com muitos anos de luta, instituições construídas com o dinheiro do povo mineiro, como os próprios bancos e as empresas públicas. A questão da moralidade desse contrato é que tem que ser discutida. Da forma como o Governo vem tomando, nesses 14 meses, as suas medidas, os cidadãos de bem que estão neste Plenário têm que se cuidar, porque, senão, daqui a pouco vão penhorar os nossos óculos, as nossas camisas, para garantir suas políticas, realizadas na calada da noite. É isso que a sociedade está esperando. Ela quer resposta para a saúde, a educação e a segurança, e também transparência nas atitudes do Governo.

O Secretário João Heraldo Lima - O Governo legisla por meio de seu orçamento. O orçamento é uma lei aprovada nesta Casa, assim como o PMDI também é uma lei aprovada nesta Casa, em que estão colocadas as prioridades do Governo.

A colocação do Presidente da CUT me enseja a também responder ao representante do CEPO, quando ele diz que eu tinha proposto, aqui, fazer uma pesquisa. Não é assim; nós já temos a pesquisa, a qual fazemos a cada dois meses, desde a época da campanha.

A primeira prioridade em Minas Gerais, de acordo com a população, é a saúde, não o emprego. A saúde está com 28%; o emprego, com 22%; o salário, com 18%; a educação, com 9%. Essas são as quatro primeiras prioridades. Obviamente, a saúde e o emprego são as duas mais importantes.

Quanto à questão da saúde, posso respondê-la por meio do orçamento. O orçamento de Minas Gerais para 1996, lei aprovada nesta Casa, tem R\$911.000.000,00 de recursos para a saúde, o que é quase o dobro do que tinha no orçamento do ano passado. Historicamente, esse é o maior orçamento para a saúde dos últimos 20 anos.

Em segundo lugar, quanto à questão do emprego, digo que não é o Estado, não é o Governo Estadual ou os Governos Municipais que dão emprego. O fato de o Estado ter demitido 50, 100 ou 500 funcionários não significa que há algum paradoxo. A política que dá emprego é a política de investimento no Estado. Hoje, temos R\$16.000.000.000,00 comprometidos em investimentos no Estado. R\$7.500.000.000,00 vêm

do poder público federal e estadual e das empresas estatais, inclusive da TELEMIG e da CEMIG, e R\$8.500.000.000,00 da iniciativa privada, dos quais só a FIAT investe R\$2.300.000.000,00. Só na FIAT estão sendo gerados, atualmente, 3.600 empregos. Aliás, o investimento da FIAT é maior do que o da Renault, o das duas fábricas da Volkswagen e o da Mercedes juntos. Esse investimento, de R\$2.300.000.000,00, está sendo feito aqui em Minas Gerais, em Betim, gerando três mil e poucos empregos.

Então, temos, em Minas Gerais, uma política de empregos condizente com o desenvolvimento do Estado, por meio do PMDI. Tudo está acontecendo. Há uma coerência muito grande. O orçamento da educação aprovado por esta Casa para 1996 é de quase R\$2.000.000.000,00, ou melhor, é de R\$1.980.000.000,00. Se o compararmos com o orçamento do ano passado, veremos que é três vezes maior.

Dessa maneira, posso responder às preocupações do Presidente da CUT com fatos: com o orçamento da saúde, o orçamento da educação e com a política de investimentos em Minas Gerais. Não há aí nenhuma incoerência ou paradoxo. São fatos que, cristalinamente, mostram a nossa coerência e mostram que o caminho para o qual estamos apontando é o caminho certo.

O Sr. Presidente - A Presidência pede licença ao coordenador do debate para solicitar aos debatedores que formulem, de acordo com as regras do debate, apenas uma questão. Está sendo formulada mais de uma questão por debatedor, e, embora possamos entender isso, pois são vários os assuntos e essa é uma oportunidade de colocá-los, queremos solicitar que, daqui para a frente, na medida do possível, atenham-se a uma única questão, para que também possamos dar a resposta a apenas um dos expositores.

Bem, foram formuladas três questões pelo meu companheiro, Líder do PT, Deputado Durval Ângelo, e duas pelo Presidente da CUT. Assim, vou conceder um tempo também ao Secretário João Heraldo, para que ele possa responder à segunda questão colocada pelo debatedor, sob pena de que ela fique sem resposta. Com a palavra, o Secretário João Heraldo Lima.

O Secretário João Heraldo Lima - Quero dizer ao Presidente da CUT que eu e o Governo não aceitamos, nem podemos aceitar, de forma alguma, esse tipo de insinuação com respeito à moral. O Presidente da CUT e a própria CUT não têm nem mais nem menos moral do que o Governo, nem são melhores do que o Governo ou do que as pessoas do Governo que aqui estão. Portanto, quero deixar registrado que não podemos aceitar e não aceitaremos esse tipo de insinuação.

Dentro da racionalidade e da elegância que o debate exige, quero responder que tudo o que está dito nesse contrato foi dito publicamente. Vou dar como exemplo a privatização do CREDIREAL. A lei foi aprovada, e a privatização está em curso. Vamos concluir com sucesso a privatização do CREDIREAL.

Sobre a privatização do BEMGE, vamos mandar lei a esta Casa para discutir o assunto, porque é convicção no Governo, hoje, que a presença de bancos comerciais não é necessária, não é essencial à função de Governo.

Quanto a cortar cargos em comissão - o Secretário acabou de falar sobre isso aqui -, essa decisão foi tomada em dezembro e foi anunciada publicamente.

Com relação à redução do déficit público, apresentei os números aqui, e o contrato reza que vamos reduzir o déficit público, e vai por aí afora. Não há nada nesse contrato que não esteja sendo discutido, e estão fazendo uma celeuma absolutamente despropositada, mal intencionada, para desinformar a população.

O Governo, cumprindo as determinações normais, legais, 72 horas depois de assinar esse contrato, remeteu cópia dele para o Tribunal de Contas, como faz com todos os outros contratos. Isso é rotina da administração. Esse contrato é de operação financeira, absolutamente normal. A única excepcionalidade que ele tem é que é um contrato com o Governo Federal, em nome de um programa de reforma fiscal e administrativa e de ajustes financeiros de todos os Estados. Já assinaram esse contrato, que é padrão, 12 Estados, e a expectativa do Governo Federal é que até o mês de maio 25 Estados o assinem.

Gostaria de enfatizar, com muita clareza, que não podemos aceitar e não vamos aceitar essas insinuações maldosas, descabidas, com relação a esse contrato. Se há uma coisa que este Governo preza é a sua moralidade, é a ética das pessoas que nele estão envolvidas, e não podemos aceitar que um Presidente de plantão venha agredir o Governo desta forma.

O Coordenador - Temos uma pergunta do Sr. Austregésilo Neves, da Caixa Beneficente dos Guardas Civis, dirigida ao Vice-Governador: "Parte dos pensionistas do Estado são injustiçados pelo descumprimento do art. 36 da Constituição. Qual a esperança destes pensionistas com a reforma?"

O Secretário Walfrido dos Mares Guia - Pediria que o Secretário Cláudio Mourão respondesse à pergunta, porque não tenho familiaridade com essa legislação.

O Secretário Cláudio Mourão - Também não tenho conhecimento do que significa o art. 36 e qual é o problema dos pensionistas da Caixa Beneficente. Sugeriria ao Sr. Austregésilo que nos procurasse na Secretaria para que pudéssemos esclarecer o assunto.

O Sr. Coordenador - Vamos providenciar a Constituição para que o Secretário possa acompanhar, e, enquanto isso, passamos ao próximo debatedor, Deputado Marcos Helênio.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. Deputados, primeiro queremos fazer uma crítica aos critérios de participação nesse debate: a galeria está sob censura, o debate está sendo prejudicado, a participação dos movimentos está sendo limitada e também temos dúvida sobre a implementação das propostas aqui discutidas pois, no ciclo de debates sobre subvenção, nada do que se discutiu foi implementado. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, com relação a essa reforma administrativa e as leis que foram aqui votadas, como o PMDI e o orçamento, quero dizer o seguinte: mesmo a reforma fiscal e administrativa agora está sob o controle da Caixa Econômica Federal, conforme contrato. Só falta entregar a chave para o Presidente da Caixa administrar este Estado.

Quero também dizer o seguinte: as partes do contrato são o Estado e a União, tendo como anuentes o Banco do Brasil e a Caixa. Banco do Brasil e BEMGE: garantia à União de R\$190.000.000,00, firmada em 16 de fevereiro, com vencimento agora em 15 de abril. São 60 dias, juros de 3% ao mês, comissão da Caixa de R\$2.850.000,00, e prazo de 60 dias. Motivo: pagamento de salário. Quero dizer o seguinte: São Paulo recebeu R\$8.000.000.000,00 para investir no BANESPA e só entregou o aeroporto, que já pertence à União, e a FEPASA, que já é uma empresa falida.

Então, garantias: alienação de 3.500.000.000 de ações da CEMIG, no valor de R\$100.000.000,00; manutenção de conta na Caixa, obrigando a manter saldo suficiente na época do pagamento; garantia de todas as receitas do Estado, conforme a Constituição nos arts. 157 a 159. Mas obriga o Estado a cumprir rigorosamente 44 metas de um contrato leonino, metas e garantias desproporcionais, garantias absurdas, metas descabidas, de verdadeira intromissão na autonomia do Estado. Exige condições muito mais drásticas do que as que o FMI tem imposto ao nosso País. É um verdadeiro programa de governo imposto ao Executivo até o final de seu mandato, sem submetê-lo ao Legislativo e, o que é mais grave, impondo privatizações, como a da CEMIG, da COMIG, da GASMIG, do BEMGE e do CREDIREAL.

Quanto ao BEMGE, gostaria de dizer que o Sr. Secretário fez uma gravação dizendo que o BEMGE não seria privatizado. E o Líder da Maioria da Casa disse que também não tinha conhecimento dessa privatização. A política salarial está submetida à proibição de aumentos e até de contratações de concursados. Até dezembro de 1998, não pode haver admissão desses concursados, segundo reza o contrato.

Política tributária, ICMS, IPVA, limitar transferência para município, vincular integralmente todas as receitas, etc.

O Sr. Coordenador - Pediria ao Deputado que concluísse, por favor.

O Deputado Marcos Helênio - Vou concluir. Privatizar o BEMGE, no máximo em um ano após a privatização do CREDIREAL, organizar até manual para a Secretaria da Fazenda. Até manual vai ter que ser feito. Política fiscal, treinamento de pessoal. Eles definem quem e quantos serão treinados. Isso está lá no contrato. E definem, também, demissão de 40% de não-estáveis até fevereiro. O tempo já está vencendo e acho que não conseguiram cumprir essa meta. E cadastramento de 10.000 imóveis. Quer dizer, uma série de exigências que consideramos descabidas, desproporcionais e desrespeitosas com relação à população e à Assembléia.

O Deputado Bonifácio Mourão - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão - Estou chegando à conclusão de que a expressão reforma do Estado está sendo um pouco degenerada. Viemos aqui, todos os convidados, para discutir a reforma do Estado. Mas essas pessoas que estão formulando as últimas questões se prendem tão-somente a um contrato feito pelo Estado com a União. Admito que podemos discutir exaustivamente este contrato, mas não nesse encontro. Aqui, propusemo-nos a discutir a reforma do Estado.

Nesta questão de ordem, quero dizer também que a Presidência está conduzindo muito bem os trabalhos. A meu ver, os debates não poderiam ser conduzidos de forma melhor, até porque V. Exa. está tratando os membros da Mesa, incluindo o Sr. Vice-Governador e os Secretários de Estado, da mesma forma que está tratando todas as outras pessoas que ocuparam a tribuna, limitando tempo. É possível que se dê às pessoas que vieram aqui nos prestar esclarecimentos importantes sobre o Estado o mesmo tempo que se dá aos debatedores. Isso nunca existiu em nenhum ciclo de debates desta Casa que eu tenha testemunhado.

O que não é possível, Sr. Presidente, é desviar o sentido desse debate. Eu mesmo tenho perguntas a fazer sobre reforma administrativa. Essa discussão tão-somente sobre uma questão de contrato poderá ser feita em outras oportunidades, certamente.

O Deputado Durval Ângelo - Pela ordem.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo - Com todo o respeito, vou discordar do nobre colega, porque, primeiro, há liberdade. Cada debatedor que fizer uso dos seus três minutos é

livre para abordar o assunto ou o aspecto da reforma que achar mais conveniente. Então, primeiro, há a questão do direito de expressão.

Em segundo lugar, compreendemos que esse é um contrato que esclarece todos os aspectos da reforma que não foram discutidos nem com a sociedade, nem com o funcionalismo, nem com esta Casa. Inclusive, a reforma iniciou-se direta e mais profundamente em pleno recesso deste Poder Legislativo, no mês de dezembro, continuando durante o mês de janeiro. Então, penso que o contrato, hoje, é a peça-chave de compreensão do debate. Solicitamos à Mesa que não seja podado qualquer tipo de intervenção ou pergunta sobre o contrato, porque senão, nós da Bancada do PT não veríamos sentido na existência desse debate, porque entendemos que o contrato é fundamental na questão da reforma. Ou seja, não veríamos sentido nesse debate se o contrato não fosse tratado com a importância que deve ser dada a ele e de acordo com cada debatedor que quiser abordá-lo.

O Sr. Presidente - Esta Presidência entende que a questão de ordem levantada pelo Deputado Bonifácio Mourão tem sentido. Realmente, o nosso debate é sobre reforma administrativa do Estado. Mas, por outro lado, o contrato também é um ato administrativo do Estado. Como Presidente do Poder Legislativo, quero já deixar a posição desse Poder, dizendo que esse contrato só terá validade se referendado por esta Casa. Então, pensamos, com a devida vênua, que esse assunto pode e deve ser levantado, solicitando sempre aos senhores debatedores que se mantenham dentro do seu tempo e, mais do que isso, encerrem a sua questão com uma pergunta, para que se facilite a resposta. Neste momento, portanto, vamos dar a palavra aos expositores, para responderem ao questionamento do debatedor, Deputado Marcos Helênio.

O Secretário Walfrido dos Mares Guia - Bom, vou tentar trazer alguma luz a esse contrato, em três minutos. A reforma administrativa começou quando o Governador anunciou a disposição de privatizar o CREDIREAL. Isso foi muito louvado no primeiro trimestre, porque foi a primeira vez, na história do Brasil, que um Governador teve a coragem de anunciar, no primeiro dia do Governo, a privatização de um Banco centenário. Então, todas as providências estão sendo tomadas, pois a privatização de um Banco é complexa e gasta tempo, de um ano e meio a dois anos. Estamos há poucos dias da publicação do edital definitivo de privatização do Banco CREDIREAL. Ele só não saiu no dia 28 porque o próprio Conselho Monetário Nacional, através do Presidente do Banco Central, solicitou ao Secretário da Fazenda que esperasse uma outra reunião do Conselho para se clarear a questão do PROER para os bancos estatais. Então, mandamos, em agosto do ano passado, um projeto de lei para esta Casa, que o aprovou e nos deu autorização para vendermos o banco, assim como nos deu autorização para vendermos 18.700.000.000 ações ordinárias da CEMIG, que correspondem a 33% do seu capital. O Estado nos deu autorização para acabar com o pagamento das férias-prêmio em dinheiro, autorização para diminuir os 3% da FAPEMIG e colocar um valor realizável, que este ano é 0,6%, ano que vem será 0,7% e, a partir de 1998, será de 1%; assim como nos atendeu em uma série de pedidos. Isso são medidas da reforma administrativa. Ela não é um pacote que vai cair na cabeça de todos nós, surpreendendo o Governo e a sociedade. Ela vai se dar ao longo de três anos. É uma série de medidas que o próximo governo, também, vai ter que continuar fazendo. Há um ano o Secretário João Heraldo está preparando com a sua equipe, dentro dessa realidade que foi mostrada aqui e que é muito diversa da realidade anterior, um programa de recuperação da receita. Uma das coisas mais importantes da reforma administrativa é o aumento da receita tributária do Estado. Dentro da própria lei do PMDI, está um dos seis programas estruturantes, como disse, que é a reforma do Estado. Há ainda a reforma administrativa, a desoneração do Estado e todo o programa de melhoria da nossa condição de trabalho.

Esse contrato veio num momento em que o Governo Federal, através do voto 162 do Conselho Monetário Nacional, estabeleceu mecanismos para que os governos tivessem um pedaço dos seus déficits financiados, dada a crise que aconteceu no final do ano, quando a imensa maioria dos Estados não conseguiu pagar o 13º salário. Foi para isso e, além disso, para a rolagem das operações de Antecipações de Receitas Orçamentárias - ARO - e para programas de estabilização interna. Pois bem, então, esse voto do Conselho estabelece uma série de critérios. Veio aqui em Minas Gerais uma equipe do Governo Federal, pessoas da mais alta responsabilidade, e tudo isso que está escrito no contrato não foi imposição do Governo Federal. Aquelas coisas que estão escritas lá foram por nós colocadas. O Secretário da Fazenda, eu, como Secretário do Planejamento, e o Cláudio Mourão, como Secretário da Administração, mostramos que tínhamos um plano. Esse plano está aqui, e tem uma série de detalhes que estamos colocando em ordem, para diminuir o déficit. Já temos aprovadas uma série de medidas, algumas inclusive por lei. Tudo isso está em ordem, e é uma consequência da reforma administrativa.

A única questão que colocamos nesse contrato que não tem uma aprovação ainda é a do BEMGE. Não está colocado que vamos privatizar o BEMGE. Está colocado que nos comprometemos a mandar, 90 dias depois da privatização do CREDIREAL, uma mensagem

para a Assembléia que, sendo aprovada, estimaria que em um ano o BEMGE poderia ser vendido.

Além do mais, esse contrato tem uma carta, que o Secretário João Heraldo preparou, que a ele será anexada e que corrige uma série de questões. Por exemplo, dizem que não podemos contratar. Ora, serão contratados 870 fiscais, agora, além de 11.000 professores.

Há uma série de itens que são do contrato padrão e que não foram impostos pelo Governo Federal. Fomos nós que os levamos. Qualquer um que estivesse em nosso lugar não teria muita escolha para fazer. Como já disse, estamos como um vaso comunicante com o Brasil inteiro, trocando experiências com todos os Estados, para ver como resolveremos isso. Até agora, ninguém apresentou uma solução. Nenhuma. O problema está aí e não tem solução. Estamos procurando resolvê-lo, passo a passo, com os instrumentos que temos, mas a grande solução virá quando tivermos as três reformas: a tributária, a administrativa e a previdenciária, bem como a negociação do estoque da dívida pública.

O Sr. Coordenador - Apesar de a Presidência ter determinado 3 minutos para que os palestrantes respondessem aos questionamentos, como temos perguntas demais a serem feitas, com muitas pessoas inscritas, faremos, de uma vez só, 4 perguntas ao Vice-Governador, Dr. Walfrido, e gostaríamos que ele sintetizasse as suas respostas.

A primeira é da Associação dos Funcionários Aposentados de Minas Gerais, através de D. Maria Helena Fonseca Mansur: "Por que o atual Governo de Minas, na reforma do Estado, escolheu para ser massacrado o funcionalismo aposentado, que já tem, nos seus míseros salários, 8% de desconto bruto para o IPSEMG? Por que descontar mais 3% do funcionalismo aposentado, sendo que no âmbito federal essa proposição já foi rejeitada? Isso não é injusto e despótico para com o funcionalismo público aposentado?"

A segunda é da Secretaria da Segurança Pública, pelo Bel. Afrânio Lúcio Vasconcelos, Delegado de Polícia. Pergunta: "Quais os benefícios que serão concedidos à Polícia Civil na reforma administrativa do Estado?"

A outra é do Sindicato dos Servidores da Secretaria da Fazenda, por Antônio dos Reis Ferreira: "O Governo não avaliou as conseqüências da dispensa sem indenização de servidores não estáveis?"

A última é do Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais, por Alexandre Heringer Lisboa: "Por que o Governador se mostra tão forte quando demite seus servidores que ganham pouco, mas se mostra tão fraco quando se trata de defender os interesses de Minas em nível federal - casos Renault e Mercedes?"

O Secretário Walfrido dos Mares Guia - Primeiramente, quero responder à Profa. Mansur que não estamos com nenhuma estratégia de massacre. Desconheço qualquer medida de massacre em relação aos aposentados. Eu, pelo menos, nesses 14 meses de Governo, não participei de nenhuma reunião em que se discutisse ou solicitasse a sustação de direitos adquiridos, como está sendo discutido pelo Governo Federal. Por isso, não há nenhum massacre.

Quanto à questão da possibilidade da cobrança dos 3%, que só poderá ser efetuada se a lei for aprovada, é porque as Constituições Federal e Estadual recomendam que o poder público cobre até 1/3 do que gasta com aposentadorias. É uma recomendação. Algumas entidades do Estado já cobram isso, como é o caso da Polícia Militar. Esse é um estudo que estamos fazendo. Trata-se de uma pequena contribuição que todos dariam para diminuir o déficit. Será uma contribuição anual da ordem de R\$80.000.000,00 a R\$100.000.000,00 para a diminuição do déficit, se essa lei for enviada à Assembléia e for aprovada. Além do mais, a contribuição seria em cascata: quem ganha mais pagaria mais, quem ganha menos pagaria menos.

Então, discordo da minha querida amiga Profa. Mansur quando diz que há um massacre.

Em segundo lugar, o Dr. Afrânio quer saber dos benefícios para os que estão na Polícia Civil. Não tenho condição de responder-lhe agora, porque não estamos tratando especificamente da carreira de cada categoria. Mas não tenham dúvida. Não somente os Delegados mas também os outros funcionários da nossa competente Polícia Civil serão beneficiados.

Se não conseguirmos fazer os ajustes que precisam ser feitos em Minas e no Brasil, a inflação vai voltar, e todo mundo começará a perder de novo. Em longo prazo, no regime inflacionário, quem vive de salário perde inexoravelmente.

Um representante da Secretaria da Fazenda pergunta sobre as dispensas sem indenização. É um assunto que estamos discutindo em busca de solução. Nesse voto 162 do Conselho Monetário Nacional, existe um financiamento específico para indenizar demissões. Estamos tratando disso.

Quarta pergunta: o Governo não demonstra força, sobretudo quando demite com critérios, mesmo que, eventualmente, haja erros. Quando houver, temos que reconhecer e rever. Isso não é ação para demonstrar força.

A fraqueza que o senhor sugere que o Governo teve na defesa dos interesses do Estado na questão da atração de investimentos não existiu. Discordo completamente de

sua afirmação. Não depende do Estado A ou do Estado B que uma montadora vá para aqui ou para ali. Chegamos a ótimos termos na negociação com a Renault, só que ela vai integrar sua fábrica do Brasil com a de Córdoba, ao sul de Buenos Aires, na Argentina. Desde o primeiro dia da negociação, eles nos avisaram desse problema e disseram que a localização no Paraná era vantajosa em relação a Poços de Caldas. E os incentivos que oferecemos não foram suficientes para cobrir a vantagem da localização. Então, como vêem, não houve nenhuma fraqueza, nenhuma incompetência. Houve uma questão logística.

Estamos negociando agora com a Mercedes, a cidade de Juiz de Fora está no páreo, mas a decisão é da empresa. Ela é que vai dizer onde quer se instalar. Obviamente, existe a guerra fiscal. Estamos lutando nessa guerra com boas armas; não estamos parados, mas a decisão é da empresa.

Já que o País deixa o empresário que vem para cá livre para escolher o Estado em que quer se instalar, não há mecanismo para obrigá-lo ou cerceá-lo. Se fôssemos raciocinar sob o ponto de vista macroeconômico, todo mundo deveria ir para São Paulo: é a maior economia, é o maior mercado, tem a melhor infra-estrutura, é o Estado mais rico. E, no entanto, a Volkswagen foi para o Rio de Janeiro, por causa do porto, e a Renault foi para o Paraná, por causa da integração com o MERCOSUL.

Estamos defendendo os interesses de Minas com tanta competência que temos R\$16.000.000.000,00 de investimentos já cadastrados, que serão feitos nos quatro anos do Governo Eduardo Azeredo e que levarão o PIB de Minas dos R\$52.000.000.000,00 atuais para R\$70.000.000.000,00. Não encontro, então, nenhuma substância e nenhum fato nessa afirmação de fraqueza ou de força.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Sr. Renato Barros, representante da Coordenação Sindical.

O Sr. Renato Barros - Em primeiro lugar, gostaria de colocar que a reforma administrativa está embutida nesse documento. Não há como discuti-la sem entrar no mérito desse documento.

Com relação à demissão de 40% dos servidores públicos, quais são os critérios que o Governo tem adotado? Aqueles que temos visto na imprensa: demissões sem nenhum critério político, autoritárias e sem discussão com as entidades representantes do funcionalismo, que tanto têm procurado o Governo.

Quando o Secretário Cláudio Mourão coloca a questão do concurso público, tenta desmoralizar um processo pelo qual estamos lutando seriamente. Ele apresenta outro critério de contratação de pessoal. Estamos assistindo à terceirização de alguns setores essenciais, e não se realiza concurso para auxiliar de serviço. Esse é um dos absurdos a que assistimos neste Estado.

Outra questão é a da falta de informações sobre os funcionários. Onde estão os recursos destinados ao censo que foi realizado?

Gostaria de alguns esclarecimentos a respeito das demissões. No dia 5 de janeiro, o Minas Gerais publicou a pensão vitalícia do Governador, que não é aposentadoria, mas foram demitidos 40% dos servidores para fazer contenção de custos orçamentários.

A lei da pensão vitalícia fala em fazer justiça aos ex-Governadores, mas o beneficiário é o Governador Eduardo Azeredo. Juntamente com a sua contribuição para o INSS, terá, em poucos anos, uma aposentadoria acumulada.

Esses esclarecimentos são importantes para a sociedade mineira.

Queremos esclarecimentos sobre o que está escrito, porque as palavras voam, e os escritos permanecem. Esse é um documento muito sério, onde está colocada toda a reforma administrativa do Estado e a situação funcional dos recursos humanos.

Queremos esclarecimentos do Vice-Governador e do Secretário Cláudio Mourão sobre a entrega de divisas de Minas, com má administração.

Concluindo, queremos abrir o debate, colocando que o que estamos discutindo hoje não é uma reforma do Estado, mas o estabelecimento de um Estado mínimo, e isso é inaceitável.

O Sr. Coordenador - Como são várias as perguntas, vamos conceder mais tempo aos Secretários para respondê-las.

O Secretário Walfrido dos Mares Guia - Gostaria de dizer ao Sr. Renato Barros que estamos aqui exatamente para responder e discutir. Não é preciso exigir, aceitamos o convite para debater, para esclarecer fatos, e não, para fazer denúncia.

Esse contrato não é secreto. Com três dias de assinado, foi para o Tribunal de Contas. Em segundo lugar, ele é provisório. E, em terceiro, estamos preparando um projeto de lei que será remetido à Assembléia Legislativa, solicitando autorização para a contratação definitiva desse recurso. Do contrário, no dia 31 de abril teremos de pagá-lo. Por isso precisamos dessa garantia. Não há nada feito ao arrepio da lei ou escondido.

Nada do que está escrito, em termos de providências, foi imposto. São providências que estamos tomando corajosamente, porque é preciso ter coragem para resolver o problema, e não apenas, para denunciar.

O mecanismo de trepar no banquinho e denunciar é mais antigo que a serra da

Piedade. Temos que propor soluções e estamos, inclusive, buscando sugestões para encontrá-las. Não estamos falando apenas de 400 mil pessoas, estamos falando de 16.500.000 de pessoas que vivem em Minas Gerais. Temos uma pesquisa que mostra o que elas pensam do serviço público como um todo. Temos que pensar na população de Minas Gerais, e não, em interesses corporativos localizados.

Pedi ao Secretário Cláudio Mourão para iniciar, porque queria dizer duas coisas. Em relação ao BEMGE, estamos assumindo o compromisso de mandar uma mensagem. Se tivermos sucesso na privatização do CREDIREAL, vamos defender, com toda a convicção, a do BEMGE, porque não existe nenhuma doutrina neste País ou no mundo que prove que o Estado tem que ter Bancos. Vamos propor à Assembléia Legislativa a privatização do BEMGE, respondendo à pergunta do Sr. Renato Barros.

Tomar a pensão vitalícia do Governador e lançar isso como se fosse uma invenção deste Governo, dizer que isso está sendo feito por interesse pessoal é, no mínimo, desrespeitar a opinião pública. Essa lei já existe há muito tempo e foi criada em um passado remoto. Evidentemente, nem todas as pessoas que ocupam um cargo público de relevância, como o de Governador ou o de Presidente, têm recursos próprios ou bens de raiz para sustentar-se depois que largam o poder. Há uma ética na questão dessa pensão.

É muito bom que ela seja discutida como todas as outras, em relação às quais não vi nenhuma denúncia. Não é o caso de concentrar-se em uma pensão, que cabe a pouquíssimas pessoas, aos Governadores eleitos e a suas viúvas ou a seus cônjuges, que serão 7 a 9 pessoas, no máximo simultaneamente, até por estatística, e transformar isso num cavalo de batalha, iludindo a opinião pública, como se o Governador tivesse inventado essa lei.

Por que não tocar em um assunto fundamental, que não foi mencionado até agora, que é o relativo às aposentadorias especiais, que são vergonhosas? Essa é uma briga ruim, por isso ninguém denunciou o problema até agora, mas ele já está começando a ser discutido no Congresso Nacional. Temos de discutir - e não temos medo de fazê-lo -, temos de enfrentar o corporativismo, prestigiar as pessoas que trabalham e apresentar propostas para a solução dos problemas. Essas denúncias são vazias. Trata-se de um contrato assinado pelo Governo. Lembro que o Governador Eduardo Azeredo foi eleito; tem, portanto, poder de gestão. A lei do endividamento do Estado o autoriza à celebração desse contrato, que é provisório. O que estão fazendo é apenas um cavalo de batalha. Voltarei a esta Casa, juntamente com o Secretário da Fazenda, no momento adequado, para defender esse contrato.

O Secretário Cláudio Mourão - Sr. Renato Barros, quanto aos critérios de demissão, gostaria de lembrar que a função pública compreende os servidores que foram admitidos sem concurso, sob o regime celetista, e que, em 1990, passaram para o regime jurídico único. Portanto, são demissíveis. O critério utilizado foi o do desempenho de cada servidor.

Quanto ao concurso público, volto a dizer o que disse anteriormente: essa não é - nem deve ser - a única forma de admissão, o que não significa admissão de forma espúria. Há possibilidade de existirem outros critérios de seleção pública além do concurso público. As regras vigentes para este não impedem que pessoa alguma participe de um concurso. Exemplo: aquele que possui excesso de qualidades para um cargo, do ponto de vista da administração de recursos humanos, é pior do que o que apresenta falta de qualidades, porque o primeiro será um eterno insatisfeito no cargo.

Tive oportunidade de dizer, antes, que vamos buscar a seleção adequada. A reforma federal já prevê uma mudança nos critérios de admissão, e o concurso público não mais será o único meio para isso. Será permitida também uma forma de seleção pública que não siga as regras do concurso.

Quando disse que não temos informações sobre os servidores, quis dizer que não temos informações sistematizadas no cadastro da folha de pagamento. O censo foi um trabalho independente. Precisamos integrar todas as informações necessárias para uma gestão de recursos humanos na ficha funcional de cada servidor. Esse trabalho está sendo realizado.

O Sr. Coordenador - Temos duas perguntas, da mesma natureza, endereçadas ao Presidente da Assembléia, Deputado Agostinho Patrús. Passo a ler a pergunta feita pela Associação de Defesa dos Usuários Contribuintes - ADUCON - e pelo Sindicato de Especialistas de Ensino e de Gerentes Públicos: "Temos um Secretário de Estado que diz que não vai cumprir a Constituição e um Ministro que chama os funcionários públicos estáveis de vagabundos. Como poderemos acreditar nesses Governos? O projeto de reforma administrativa do Estado é importantíssimo, porque vai interferir na vida de todo cidadão. Por isso, gostaríamos de saber se poderíamos obter uma cópia dele para submetê-lo a uma análise dos técnicos dos setores jurídico e político da UFMG e da PUC".

O Sr. Presidente - Certamente, ofereceremos cópia dos projetos, uma vez que eles são públicos. Não há nada que não seja público na Assembléia Legislativa de Minas

Gerais. Por outro lado, não cabe ao Presidente desta - que não é censor de quem quer que seja - fiscalizar o que dizem os membros do Executivo.

Quanto ao projeto de reforma administrativa, esclareço que os vários projetos que nos estão sendo encaminhados estão sendo discutidos. Há um compromisso da Mesa, das comissões, dos Líderes de todos os partidos no sentido de que todos os projetos encaminhados à Assembléia Legislativa serão exaustivamente discutidos nas comissões, serão ouvidas as autoridades e as entidades representativas dos funcionários. Somente depois disso serão trazidos a Plenário e, posteriormente, encaminhados à sanção do Governador, se aprovados. Se rejeitados, serão arquivados nesta Casa. Portanto, mais uma vez, quero afirmar que a Assembléia mineira está procurando - e este debate é um exemplo disso - chamar a sociedade para conosco, aqui, discutir e debater, até mesmo para possibilitar aos Deputados melhores condições de exercer o seu direito de voto, no momento adequado. Isso já aconteceu em diversos ciclos de debates, como, por exemplo, sobre o saneamento básico, que gerou uma lei; sobre a educação, sobre a saúde e sobre as subvenções sociais. Este último também gerou uma lei, que está em vigor e que veio a corrigir diversas distorções nessa área, oriunda do debate com mais de 400 entidades assistenciais. Estas aqui vieram, fizeram suas propostas, e os Deputados, posteriormente, fizeram uma lei que hoje cumpre seus objetivos.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Gil Pereira.

O Deputado Gil Pereira - Sr. Presidente, Deputado Agostinho Patrús, Vice-Governador Walfrido dos Mares Guia, na pessoa de quem cumprimento os demais Secretários que se fazem presentes; Srs. Deputados, imprensa, minhas senhoras e meus senhores, gostaria de saber, Sr. Vice-Governador, sobre a demissão voluntária. Por que o Estado não manda a esta Casa um projeto de lei de demissão voluntária? Os Estados de São Paulo e do Rio mandaram seus projetos às respectivas Assembléias Legislativas.

Uma outra questão diz respeito à rivalidade que está havendo hoje entre os Governos dos Estados de Minas e de São Paulo. Antigamente, havia a "política do café-com-leite". Hoje, parece que o que existe é a "política da briga do café com o leite". São Paulo está fazendo o contrário do que Minas está fazendo. Enquanto Minas privatiza o CREDIREAL e o BEMGE, São Paulo quer pegar alguns bilhões de dólares para estatizar, de novo, o BANESPA. Então, acho que a rivalidade está nesse sentido. Minas está agindo corretamente. Quero parabenizar o Governador Eduardo Azeredo e os Secretários por essa reforma administrativa. Sua posição está sendo coerente com o que o Brasil necessita hoje. O Estado de São Paulo, por ter Ministros e o Presidente da República, está fazendo o contrário: quer bilhões de dólares, que poderiam ser investidos na educação e na saúde, para estatizar o BANESPA. Assim, acho que o grande questionamento da população de Minas se relaciona com isso.

O Secretário Walfrido dos Mares Guia - Vou responder à segunda parte da pergunta do Deputado Gil Pereira. O Secretário João Heraldo me pediu para responder à primeira parte, a da demissão voluntária, porque isso faz parte do Voto nº 162 do Conselho Nacional. A questão de Minas e São Paulo me permite trazer à luz um assunto sobre o qual parece que ninguém refletiu ainda. É a primeira vez, na história, que São Paulo dá incentivo fiscal para disputar o mercado de atração de investimentos. Isso nunca aconteceu antes.

São Paulo é muito forte e pujante. E foi graças ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek que conseguiu essa pujança. Como supremo magistrado do País, ele percebeu que a água corria para São Paulo naquele momento e que lá é que a indústria automobilística tinha de ser feita. E fez certo, por causa dos portos e da facilidade de competição naquela época. Agora, essa é a primeira vez que São Paulo joga a toalha no chão. Sai da sua empáfia e, para não perder investimentos, admite dar incentivo fiscal também.

É importante que a imprensa registre isso. Isso mostra que Minas Gerais já não é tão fraco como era antes. O Paraná está fazendo agora o que Minas fez em 1970, quando o então Governador Rondon Pacheco entrou com US\$360.000.000,00 - hoje seriam mais de US\$1.000.000.000,00 - para ser sócio da FIAT. E foi muito criticado. Pode ser que muita gente deste Plenário o tenha criticado na época. Agora, 22 anos depois, a FIAT é a maior empresa d